

# Município de Olhão



## Desenvolvimento Sustentável das Zonas Costeiras do Sotavento Algarvio



Setembro de 2009



# Índice

1.	Introdução	6
2.	Caracterização Física e Socio-económica da Zona Costeira	12
2.1.	Identificação das Zonas Costeiras Abrangidas	12
2.2.	Análise do Contexto para o Território	16
2.3.	Caracterização dos Aspectos Relevantes Referentes às Áreas Temáticas Objecto de Intervenção	20
2.3.1.	Olhão	22
2.3.2.	Vila Real de Santo António	33
2.3.3.	Loulé	42
2.3.4.	Tavira	45
2.3.5.	Faro	51
3.	Diagnóstico da Zona Costeira: Análise SWOT	54
4.	Síntese da Análise	58
5.	Estratégia de Desenvolvimento	62
5.1.	Quadro de referência	62
5.2.	Prioridades	66
5.3.	Instrumentos	69
5.3.1.	Sistema de incentivos a pequenas iniciativas empresariais	70
5.3.2.	Fundo de apoio a catástrofes naturais	72
5.3.3.	Apoio a acções de formação profissional	73
5.3.4.	Apoio à recuperação e adaptação de edifícios a novas funcionalidades	75
5.4.	Objectivos a atingir	75
6.	Plano Financeiro	78

7.	Dispositivos de execução das estratégias	80
7.1.	Actividades de Divulgação e de Acompanhamento da Estratégia	80
7.2.	Áreas de Formação Previstas para os Elementos dos Órgãos de Gestão e do Secretariado Técnico	81
7.3.	Dispositivos Técnico-administrativos para o Acompanhamento dos Projectos	82
7.4.	Metodologia de Recepção das Candidaturas e Prazos de Análise	83
8.	Conclusão	85

## Índice de Tabelas e Figuras

Tabela 1 – Critérios aplicados para a designação das zonas mais dependentes da pesca.....	13
Tabela 2 – Freguesias mais dependentes da pesca no Sotavento Algarvio.....	14
Tabela 3 – Pesca descarregada no Algarve (em milhares de Euros, 2007) .....	17
Tabela 4 – Valor médio da pesca descarregada (€/ kg, 2005-2007) .....	18
Tabela 5 – Pescadores matriculados por porto de registo e segmento de pesca (2005-2007) .....	19
Tabela 6 – Produção dos estabelecimentos de aquicultura no Algarve (2004) .....	20
Tabela 7 – Pesca descarregada no Sotavento Algarvio (2006-2008).....	21
Tabela 8 – Evolução do n.º de estabelecimentos por ramo de actividade económica, Olhão (2001-04).....	25
Tabela 9 – N.º de estabelecimentos por actividade económica e n.º de trabalhadores, Olhão (2004).....	26
Tabela 10 – N.º de pessoas empregadas, por sector de actividade, concelho de Olhão (2002-04) .....	27
Tabela 11 – Estrutura de níveis de habilitação da população empregada em Olhão (2002-04) .....	28

---

Tabela 12 – Estrutura de níveis de habilitação dos desempregados em Olhão (2001-05) .....	29
Tabela 13 – Pesca descarregada nas lotas de Olhão, principais espécies (2006-2008) .....	30
Tabela 14 – Composição da Frota de Pesca: Olhão (2008).....	31
Tabela 15 – Frota Local, Costeira e de Largo – Capitania de Olhão (2008).....	31
Tabela 16 – Produção em Aquicultura: Olhão (2006).....	32
Tabela 17 – Indústrias: Olhão (2006).....	33
Tabela 18 – Estrutura de níveis de habilitação da população empregada em V.R. Santo António (2001) .....	34
Tabela 19 – Pesca descarregada nas lotas de VR Santo António, principais espécies (2006-2008) .....	37
Tabela 20 – Composição da Frota de Pesca: Vila Real de Santo António (2008) .....	38
Tabela 21 – Frota Local - Capitania de Vila Real de Santo António (2008).....	39
Tabela 22 – Frota costeira - Capitania de Vila Real de Santo António (2008) .....	39
Tabela 23 – Pesca – Vila Real de Santo António (2008).....	40
Tabela 24 – Aquicultura – Vila Real de Santo António (2008).....	40
Tabela 25 – Indústrias – Vila Real de Santo António (2008) .....	41
Tabela 26 – Actividades Económicas Relacionadas – Vila Real de Santo António (2008) .....	41
Tabela 27 – Produção em Aquicultura: Vila Real de Santo António (2006).....	42
Tabela 28 – Indústrias: Vila Real de Santo António (2006) .....	42
Tabela 29 – Pesca descarregada nas lotas de Loulé, principais espécies (2006-2008) .....	43
Tabela 30 – Produção em Aquicultura: Faro/Loulé (2006) .....	44
Tabela 31 – Número de empresas por ramo de actividade económica no concelho de Tavira (2000) .....	46

Tabela 32 – Volume médio de vendas (milhares de euros) e dimensão média empresas, Tavira (2000).....	47
Tabela 33 – Distribuição das artes de pesca utilizadas nas embarcações do concelho de Tavira (2008) .....	48
Tabela 34 – Pesca descarregada nas lotas de Tavira, principais espécies (2006-2008) .....	49
Tabela 35 – Composição da Frota de Pesca: Tavira (2008) .....	50
Tabela 36 – Frota Local, Costeira e de Largo – Capitania de Tavira (2008) .....	50
Tabela 37 – Produção em Aquicultura: Tavira (2006) .....	51
Tabela 38 – Pesca descarregada nas lotas de Faro, principais espécies (2006-2008)	52
Tabela 39 – Composição da Frota de Pesca: Faro (2008) .....	53
Tabela 40 – Frota Local, Costeira e de Largo – Capitania de Faro (2008) .....	53
Tabela 41 - Objectivos, indicadores e metas a alcançar pela estratégia .....	76
Tabela 42 - Plano financeiro global.....	78
Tabela 43 – Programação financeira anual.....	79
Tabela 44 – Programação financeira anual por rubrica da assistência técnica do Grupo .....	79
Figura 1 – O Sotavento Algarvio e a Ria Formosa .....	15
Figura 2 – Importância relativa dos portos mais importantes no Algarve em termos de descargas .....	22
Figura 3 – Descargas totais anuais e importância relativa de Vila Real de Santo António .....	35
Figura 4 – Diferenças na importância relativa dos diferentes grupos faunísticos: VRSA e Algarve .....	36

# 1. Introdução

O apoio à competitividade e ao desenvolvimento sustentável do sector da pesca pelo Fundo Europeu das Pescas no período 2007-2013 deverá apoiar em Portugal as comunidades piscatórias na melhoria da sua qualidade de vida, contribuindo para incrementar a atractividade dessas regiões e para a manutenção ou criação do emprego.

Deverão ser levadas em conta as características específicas de cada território, as suas necessidades e potencialidades de desenvolvimento, preconizando-se a mobilização dos agentes locais para, em parceria, delinear e implementarem uma estratégia de actuação para a sua região, sustentada num diagnóstico fundamentado.

De acordo com o estabelecido no Regulamento (CE) n.º 1198/2006, do Conselho, de 27 de Julho, os denominados “Grupos de Acção Costeira”, parcerias representativas dos vários sectores socioeconómicos locais, são responsáveis pela elaboração de estratégias de desenvolvimento sustentável das zonas costeiras mais dependentes da pesca, as quais carecem de acordo com a autoridade de gestão do programa PROMAR, e sua posterior execução.

As estratégias apresentadas incluem os elementos definidos no Anexo II da Portaria n.º 828-A/2008, de 8 de Agosto, o qual contém o regulamento do concurso para a selecção de grupos de acção costeira e aprovação das estratégias de desenvolvimento sustentável das respectivas zonas costeiras no âmbito do eixo n.º 4 do Programa Operacional Pesca 2007 -2013 (PROMAR).

Pela aplicação de um conjunto relevante de critérios, foram designados 39 municípios costeiros no território continental, listados no Anexo I da Portaria n.º 828-A/2008, onde se considera estarem localizadas as freguesias mais dependentes da pesca. No Sotavento Algarvio, os municípios e freguesias indicados, englobando uma população de cerca de 154.000 habitantes, são os seguintes:

- Município de Castro Marim – freguesias de Castro Marim e Altura;

- Município de Faro – freguesias de São Pedro, Sé e Montenegro;
- Município de Loulé – freguesias de Almancil e Quarteira;
- Município de Olhão – freguesias de Fuseta, Moncarapacho, Olhão, Pechão e Quelfes;
- Município de Tavira – freguesias de Luz, Santa Maria, Santiago, Santa Luzia e Cabanas de Tavira;
- Município de Vila Real de Santo António – freguesias de Vila Nova de Cacela, Vila Real de Santo António e Monte Gordo.

Foi assim constituído, em conformidade com o n.º2 do Artigo 3.º da Portaria n.º 828-A/2008, um Grupo de Acção Costeira (GAC) para o Sotavento Algarvio, através da celebração de contrato de parceria, entre os Municípios de Olhão (Parceiro Gestor), de Faro, de Loulé, de Tavira, de Vila Real de Santo António, de Castro Marim, as organizações de produtores, institutos públicos de investigação e universidades.

Os municípios do Sotavento Algarvio optaram por propor um grupo de acção costeira específico dessa parte da costa Algarvia por entenderem ser esta a solução que melhor serviria os interesses específicos das populações em causa, face às suas características específicas. Com efeito, a identidade que é assegurada pela Ria Formosa à metade oriental da costa sul algarvia atribuí, não só em termos paisagísticos e ambientais mas igualmente na vertente produtiva, características próprias a esta zona, que a diferenciam efectivamente do Barlavento. Esta diferenciação não se coloca apenas na produção de produtos do mar - onde a aquicultura tem uma relevância única, mesmo no contexto nacional, e onde as salinas constituem igualmente uma relevante fonte de riqueza - mas porventura também nas soluções a encontrar para a diversificação de actividades e de criação de emprego para a comunidade piscatória, face à maior densificação produtiva no Barlavento e a sua forte dependência em relação ao turismo e aos serviços a ele associados. Toda a área abrangida faz parte da NUTS III Algarve.

Todos os municípios envolvidos no GAC têm participado em numerosos programas com vista ao desenvolvimento local. O Município de Olhão tem participado como entidade promotora em diversos projectos no âmbito do IFOP e de programas

regionais; para o efeito possui uma divisão própria denominada Divisão de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Económico. Foi a entidade interlocutora num projecto da Iniciativa Comunitária EQUAL em colaboração transnacional com o projecto espanhol SURATLÁNTICO. Neste momento participa no projecto INCUBE da I.C. INTERREG IIIA.

O Município de Tavira possui uma vasta experiência no que concerne à apresentação e execução de candidaturas a linhas de apoio nacionais e comunitárias. Para a gestão das mesmas detém uma divisão própria denominada Divisão de Planeamento e Programação de Investimentos. No que respeita ao último quadro comunitário foram apresentadas diversas candidaturas, essencialmente ao PROALgarve, AGRIS, INTERREG III, POCI, PO Cultura, Equal, POSI, ProMuseus, PIPITAL, PIQTUR e PIT.

A Câmara Municipal de Castro Marim, integra a ODIANA - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana, associação constituída pelos municípios de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António, partilhando assim a promoção e gestão de vários instrumentos de desenvolvimento local, nomeadamente as Medidas Agris; o LEADER +; projectos intermunicipais de formação, de turismo, de património, etc. O Município de Faro desenvolve desde há alguns anos uma política de acompanhamento e promoção dos diversos instrumentos de promoção local e regional ao seu dispor, quer por via da sua actividade própria, quer através da sua Agência de Desenvolvimento Local AmbiFaro.

Desde a elaboração e implementação do seu Plano Estratégico, até à recente dinamização do Programa Estratégico Algarve Central, inserido no âmbito das Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, bem como através de diversos os projectos de cooperação europeia, e as iniciativas ligadas às infra-estruturas de acolhimento empresarial, como é o caso do MARF, o Município de Faro tem praticado uma política activa de promoção do desenvolvimento.

O Município de Vila Real de Santo António dentro das competências que possui como agente facilitador e estimulador do desenvolvimento local para o sector empresarial e para o comum cidadão concebe e realiza intervenções, quer em acções individuais ou em parcerias, que visam estes objectivos. Através de políticas gerais de iniciativa interna, como por exemplo o investimento de 500.000€ da verba de IRS atribuída aos Municípios em projectos de cariz social ou a redução dos custos de licenciamento em



40%, para empresas que criem mais de 15 postos de trabalho ou mesmo o FAME, instrumento de financiamento a empresas; também integradas em parcerias ou em candidaturas a programas de financiamento da UE que permitiram entre outras, o fomento no uso das TICs e da cultura empreendedora, a formação e auxílio para criação de empresas ou através da recém-criada VRSA Sociedade de Gestão Urbana, empresa de capitais públicos, que tem como objecto entre outros, promover o crescimento económico local, através da criação de um programa de apoio à reabilitação privada.

A implementação e Gestão de Instrumentos de Política de Desenvolvimento Local, têm surgido como instrumentos financeiros de apoio a vários equipamentos e acções estruturantes, que foram desenvolvidas pelo Município de Loulé nos últimos anos, que definitivamente contribuíram para o desenvolvimento e afirmação do concelho de Loulé a vários níveis.

Toda experiência adquirida, inerente à gestão do investimento realizado, que obviamente foi alavancado com financiamento comunitários e nacionais, permitem-nos garantir que inequivocamente contribuímos para o aumento da qualidade de vida, dos níveis de auto estima e satisfação da população, para o aumento da qualidade, inovação e competitividade da oferta do principal sector de actividade do concelho – O Turismo, e para o desenvolvimento, a qualificação e dinamização de todo o concelho.

Algumas das prioridades de investimento foram enquadradas por programas específicos Comunitários PROA (QCA II); PROALGARVE (QCAIII), PRIME, POC, por algumas Iniciativas Comunitárias (ex: LEADER, INTERREG) e por Programas Nacionais (RBE, PARAM, ITP, Verbas do Jogo, entre outros.

O Grupo de Acção Costeira assim constituído submeteu em 31 de Dezembro de 2008, de acordo com o calendário previsto na legislação, a sua estratégia de desenvolvimento e plano de acção até 2013. A Autoridade de Gestão do PROMAR está neste momento a finalizar o processo de decisão, tendo a avaliação da candidatura obtido parecer favorável. Espera-se pois que muito em breve o processo de aprovação seja finalizado e se inicie a implementação propriamente dita das medidas nela previstas, financiadas pelo Fundo Europeu das Pescas.

Este Grupo de Acção Costeira tomará pois como responsabilidade a gestão da medida do eixo n.º 4 do PROMAR nas zonas acima designadas, nos termos do Artigo 5.º da Portaria n.º 828-A/2008. Deverá promover um conjunto alargado de parcerias para concretizar a estratégia e objectivos do Plano de Desenvolvimento Costeiro, parcerias essas que vão ser estabelecidas quer com entidades públicas, quer com agentes privados e associativos, na base de protocolos e cartas de intenção. Procurará rodear-se de um conjunto de entidades com relevância estratégica, de base heterogénea, e que permita estabelecer uma malha articulada de relações inter-locais, garantindo um potencial de sustentabilidade susceptível de potenciar a estratégia estabelecida e de fortalecer as condições de eficácia das Medidas/Sub-medidas/Acções constantes do Plano de Desenvolvimento Costeiro.

O objecto do presente Estudo é, no essencial desenvolver os trabalhos preliminares desenvolvidos pelo Grupo de Acção Costeira, e muito especialmente pelo Município de Olhão, para a preparação da candidatura a submeter ao PROMAR.

No momento em que se terá de passar rapidamente à acção, o Município de Olhão entendeu que tanto o conhecimento da realidade sócio-económica das populações directamente dependentes da pesca e das restantes comunidades que residem nas zonas abrangidas pela candidatura não é suficiente para permitir desenhar os instrumentos de política indispensáveis à ultrapassagem dos problemas da zona e das suas populações.

Embora no essencial as medidas e instrumentos já estejam previstas na candidatura haverá agora que detalhar e regulamentar essas medidas de acção, o que implica um conhecimento prévio aprofundado do universo em que se irá aplicar. Só assim será possível elaborar instrumentos adequados e eficazes, que permitam atingir efectivamente as metas previstas na candidatura.

Por esta razão o presente Estudo, em conformidade com a proposta atempadamente apresentada ao Município de Olhão, irá cobrir várias das áreas objecto da candidatura, dando particular relevo tanto ao diagnóstico da situação na zona de intervenção do Eixo 4 do PROMAR – que necessariamente terá que ser muito mais desenvolvido do que naquele documento – como a linhas mais detalhadas de orientação em relação aos instrumentos a utilizar. De notar neste contexto que a Equipa obteve a informação logo à partida de que uma das maiores dificuldades na preparação da candidatura terá

sido a obtenção de informação suficiente, fiável e comparável para dar resposta à elaboração de uma estratégia de desenvolvimento.

Apresenta-se de seguida a estratégia proposta para o desenvolvimento sustentável das zonas costeiras mais dependentes da pesca nesta região.

## 2. Caracterização Física e Socio-económica da Zona Costeira

### 2.1. Identificação das Zonas Costeiras Abrangidas

O Anexo I da Portaria n.º 828-A/2008 identifica os municípios do Sotavento Algarvio onde se localizam as zonas elegíveis para apoio pelo eixo n.º 4 do PROMAR. Consideram-se elegíveis:

- os municípios de Castro Marim, Loulé e Tavira têm uma densidade demográfica concelhia inferior a 120 habitantes por km<sup>2</sup>;
- os municípios de Olhão e Vila Real de Santo António têm registado variações negativas das descargas anuais;
- e os municípios de Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António têm uma população dependente da pesca acima dos 3% da população activa total.

A Tabela 1 apresenta os critérios pelos quais cada um dos municípios do Sotavento Algarvio foi seleccionado, enquanto que a Tabela 2 apresenta as freguesias costeiras designadas e suas populações.

**Tabela 1 – Critérios aplicados para a designação das zonas mais dependentes da pesca**

<b>Município</b>	<b>Densidade demográfica inferior à média nacional</b>	<b>Variação negativa das descargas entre 1999 e 2005</b>	<b>População dependente da pesca acima dos 3%</b>
Castro Marim	21,6 habitantes / km <sup>2</sup>	-	-
Faro	-	-	3,31%
Loulé	81,5 habitantes / km <sup>2</sup>	-	-
Olhão	-	-1,2%	18,37%
Tavira	41,4 habitantes / km <sup>2</sup>	-	4,06%
Vila Real de Santo António	-	-4,7%	3,82%

Fonte: Portaria n.º 828-A/2008, de 8 de Agosto

**Tabela 2 – Freguesias mais dependentes da pesca no Sotavento Algarvio**

Município	Freguesia	Habitantes em 2001	Município	Freguesia	Habitantes em 2001	
Castro Marim	Castro Marim	3.047	Tavira	Luz	3.778	
	Altura	1.920		Tavira – Santa Maria	6.672	
Faro	Faro – São Pedro	12.761		Tavira – Santiago	5.904	
	Faro – Sé	28.546		Santa Luzia	1.729	
	Montenegro	5.336		Cabanas de Tavira	1.070	
Loulé	Almancil	8.799		Vila Real de Santo António	Vila Nova de Cacela	3.462
	Quarteira	16.129			Vila Real de Santo António	10.542
Olhão	Fuseta	2.146	Monte Gordo		3.952	
	Moncarapacho	7.591				
	Olhão	14.749				
	Pechão	3.033				
	Quelfes	13.289				

Fonte: Portaria n.º 828-A/2008, de 8 de Agosto

As principais lotas nesta região são as de Olhão e de Fuseta, no município de Olhão, Vila Real de Santo António, no município de Vila Real de Santo António, Tavira e Santa Luzia, no município de Tavira, Quarteira, no município de Loulé, e Faro, no município de Faro.



**Figura 1 – O Sotavento Algarvio e a Ria Formosa**

As comunidades piscatórias existentes na área de intervenção têm grande relevância no Algarve, encerrando em si enormes potencialidades culturais, sociais e económicas, de características *sui-generis*. O território abrangido por estas comunidades situa-se na área do Parque Natural da Ria Formosa (ver Figura 1), que se constitui como um espaço singular no contexto do Algarve, de Portugal e da Europa, atendendo às excepcionais qualidades ambientais e paisagísticas, culturais, sociais e económicas que, ao longo do tempo, se têm preservado.

A Ria Formosa abrange a área de jurisdição dos cinco municípios, constituindo-se como um elemento estruturante da paisagem, dos sistemas ecológicos e como zona de importante actividade económica para esta região. Assim, em termos gerais, a Área de Intervenção deste Plano de Desenvolvimento apresenta as seguintes características:

- Área de Intervenção: 19.245 ha;
- Frente costeira: 48 km;
- Frente de Ria: 57 km;
- Municípios abrangidos: Loulé, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António;
- Área de paisagem protegida: Parque Natural da Ria Formosa;
- Modelo Territorial: Sistema Litoral – “Zona Terrestre de Protecção (50500m)”.

Numa região onde as actividades ligadas ao sector das pescas, ocupam um lugar cimeiro e posicionem como sector fundamental na promoção do desenvolvimento local e regional, com um impacto potencial resultante da articulação entre o turismo e outras actividades económicas a montante e a jusante (por exemplo, a indústria conserveira, os produtos provenientes da ria e do mar de qualidade e as actividades de lazer, nomeadamente nas ilhas barreira).

## 2.2. Análise do Contexto para o Território

A Tabela 3 apresenta os valores, em milhares de euros e por espécies, da pesca descarregada nos principais portos do Sotavento Algarvio em 2007. As espécies mais importantes para a região do Algarve são os polvos, as gambas, o lagostim, a sardinha e o carapau, representando a captura destas espécies cerca de metade do valor total da pesca descarregada.



**Tabela 3 – Pesca descarregada no Algarve (em milhares de Euros, 2007)**

<b>Total</b>	<b>63.175</b>		
Polvos	15.145	Cherne	1.130
Gambas	6.583	Pargos	1.034
Lagostim	4.915	Dourada	974
Sardinha	3.496	Atum	862
Carapau	2.534	Raias	825
Linguado	2.233	Robalos	757
Choco	2.190	Tamboril	757
Besugo	1.843	Conquilha	666
Sargos	1.834	Bica	662
Cavala	1.760	Galo negro	629
Camarões	1.746	Congro ou safio	604
Salmonetes	1.686	Carapau negrão	527
Pescadas	1.427	Corvinas	487
		Outros	5.869

Fonte: INE

Olhão, Vila Real de Santo António e Tavira destacam-se no contexto do Sotavento Algarvio. A Tabela 4 apresenta o valor médio da pesca descarregada nestes portos para o período 2005-2007, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística.

**Tabela 4 – Valor médio da pesca descarregada (€/ kg, 2005-2007)**

Porto de descarga	Total	Águas salobra e doce	Peixes marinhos	Crustáceos	Moluscos	Outros Produtos
<b>2005</b>						
<b>Continente</b>	€ 1,50/kg	€10,40/kg	€ 1,30/kg	€ 13,70/kg	€ 3,00/kg	€ 9,90/kg
Olhão	€ 1,50/kg	€ 8,40/kg	€ 1,20/kg	€ 2,70/kg	€ 2,30/kg	€11,10/kg
VR Santo António	€ 4,10/kg	€ 1,50/kg	€ 0,90/kg	€ 21,40/kg	€ 2,80/kg	-
Tavira	€ 3,90/kg	€ 8,50/kg	€ 5,20/kg	€ 3,60/kg	€ 3,70/kg	-
<b>2006</b>						
<b>Continente</b>	€ 1,50/kg	€11,30/kg	€ 1,20/kg	€ 16,20/kg	€ 2,90/kg	€ 0,50/kg
Olhão	€ 1,70/kg	€ 2,90/kg	€ 1,30/kg	€ 4,40/kg	€ 2,70/kg	€13,00/kg
VR Santo António	€ 8,50/kg	-	€ 2,10/kg	€ 23,60/kg	€ 3,00/kg	-
Tavira	€ 4,40/kg	€11,50/kg	€ 5,70/kg	€ 5,50/kg	€ 4,10/kg	-
<b>2007</b>						
<b>Continente</b>	€ 1,50/kg	€10,90/kg	€ 1,20/kg	€ 16,30/kg	€ 3,60/kg	€ 1,10/kg
Olhão	€ 1,40/kg	€ 1,50/kg	€ 1,00/kg	€ 6,40/kg	€ 3,00/kg	€12,50/kg
VR Santo António	€10,00/kg	€ 2,20/kg	€ 2,60/kg	€ 22,50/kg	€ 3,50/kg	-
Tavira	€ 4,30/kg	-	€ 6,10/kg	€ 11,90/kg	€ 4,00/kg	-

Fonte: INE

A Tabela 5 apresenta o número de pescadores matriculados por porto de registo e os segmentos de pesca correspondentes.

**Tabela 5 – Pescadores matriculados por porto de registo e segmento de pesca (2005-2007)**

Porto de registo	Total	Águas interiores não marítimas	Águas Marítimas	Pesca do arrasto	Pesca do cerco	Pesca polivalente
<b>2005</b>						
<b>Continente</b>	15.160	2.223	12.937	1.662	2.049	9.226
Olhão	1.144	26	1.118	115	165	838
VR Santo António	339	38	301	103	56	142
Tavira	240	0	240	0	0	240
<b>2006</b>						
<b>Continente</b>	14.337	2.318	12.019	1.227	1.806	8.986
Olhão	1.177	17	1.160	118	164	878
VR Santo António	349	38	311	103	59	149
Tavira	135	0	135	0	0	135
<b>2007</b>						
<b>Continente</b>	13.997	2.376	11.621	1.078	1.636	8.907
Olhão	1.012	23	989	105	88	796
VR Santo António	357	46	311	103	59	149
Tavira	127	0	127	0	0	127

Fonte: INE

A Tabela 6 apresenta a produção, em toneladas, dos estabelecimentos de aquicultura no Algarve em 2004, por tipos de água e regime de exploração. Cerca de metade da produção em Portugal Continental é proveniente do Algarve.

**Tabela 6 – Produção dos estabelecimentos de aquicultura no Algarve (2004)**

Tipo de água (aquicultura)	Regime de exploração	Continente	Algarve
Total	Total	6.802 Ton.	3.436 Ton.
	Extensivo	2.886 Ton.	2.424 Ton.
	Intensivo	1.623 Ton.	170 Ton.
	Semi-intensivo	2.293 Ton.	842 Ton.
Águas doces	Total	917 Ton.	-
	Extensivo	-	-
	Intensivo	916 Ton.	-
	Semi-intensivo	1 Ton.	-
Águas marinhas e salobras	Total	5.885 Ton.	3.436 Ton.
	Extensivo	2.886 Ton.	2.424 Ton.
	Intensivo	707 Ton.	170 Ton.
	Semi-intensivo	2.292 Ton.	842 Ton.

Fonte: INE

### 2.3. Caracterização dos Aspectos Relevantes Referentes às Áreas Temáticas Objecto de Intervenção

A Tabela 7 apresenta a pesca descarregada nas lotas do Sotavento Algarvio entre 2006 e 2008 (até Setembro), em toneladas e em valor por quilo. O valor anual médio da pesca descarregada no conjunto destas lotas ascendeu a cerca de €36 milhões, com destaque para Vila Real de Santo António (cerca de €15 milhões/ano), Olhão (cerca de €10 milhões/ano) e Quarteira (cerca de € 6 milhões/ano). Enquanto que o volume de pesca descarregada em Olhão é bastante superior ao das demais lotas, observa-se que o valor por quilo dos produtos vendidos em Vila Real de Santo António e em Tavira é em média superior. De assinalar que os dados para 2008 compreendem apenas os valores até Outubro.

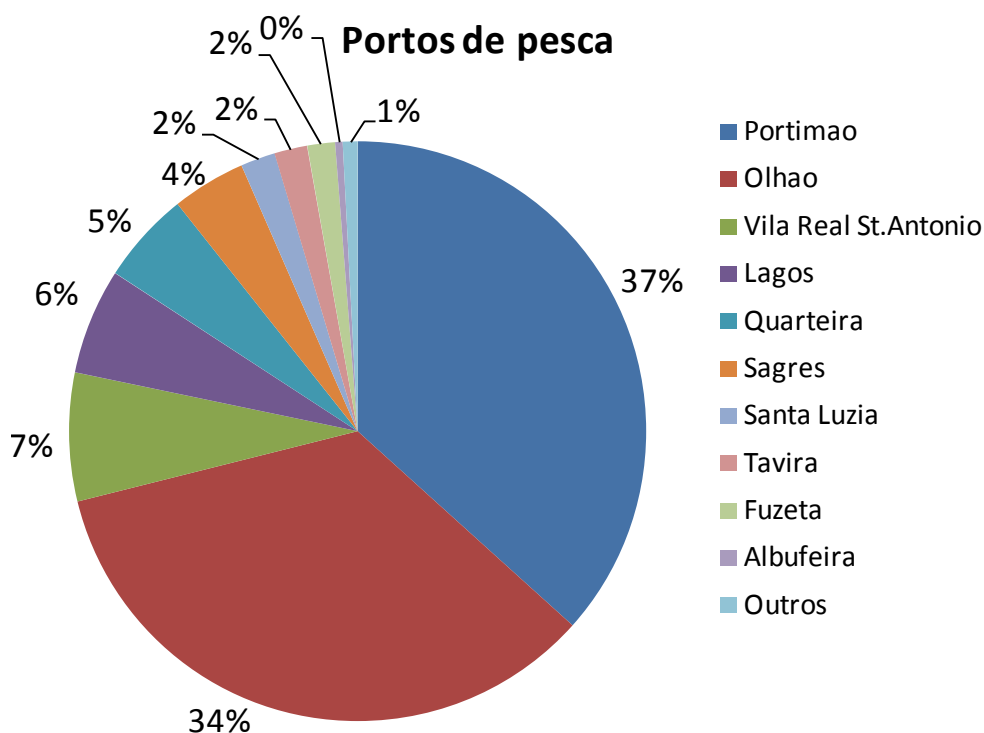
**Tabela 7 – Pesca descarregada no Sotavento Algarvio (2006-2008)**

Municípios	Lotas	N.º Trabalh.	Quantidade (Toneladas)			Valor (Euro/Kg)		
			2006	2007	2008*	2006	2007	2008*
Olhão	Olhão	34	6.269,4 T	8.862,6 T	8.961,0 T	€1,32/kg	€0,96/kg	€1,11/kg
	Fuseta	1	337,1 T	253,6 T	135,0 T	€1,81/kg	€1,83/kg	€2,73/kg
VRSA	VRSA	11	1.612,0 T	1.564,3 T	1.322,2 T	€8,50/kg	€10,01/kg	€10,06/kg
Loulé	Quarteira	14	1.487,2 T	1.679,1 T	1.637,6 T	€3,18/kg	€3,61/kg	€3,56/kg
Tavira	Santa Luzia	4	531,0 T	804,7 T	845,7 T	€4,11/kg	€3,96/kg	€4,62/kg
	Tavira	8	263,0 T	345,3 T	321,7 T	€5,02/kg	€5,16/kg	€4,91/kg
Faro	Faro	0	4,1 T	7,0 T	1,4 T	€4,60/kg	€2,57/kg	€6,29/kg

Fonte: DGPA / Câmara Municipal de Olhão

\*dados até Outubro de 2008

No Algarve, os portos de Portimão (no Barlavento Algarvio) e Olhão são os dois mais importantes em termos de descargas da pesca comercial e juntos representam mais de 70% das descargas em biomassa (ver Figura 2). Vila Real de Santo António surge apenas em terceiro lugar, embora, conforme exposto anteriormente, os produtos aí descarregados tenham um valor por quilo significativamente superior aos valores médios de outros portos.



**Figura 2 – Importância relativa dos portos mais importantes no Algarve em termos de descargas**

### 2.3.1. Olhão

A cidade de Olhão é sede de um concelho com cerca de 41.000 habitantes, tendo a população residente aumentado em cerca de 11% na década de 1990, essencialmente em resultado do saldo migratório. Com uma área de apenas 127 km<sup>2</sup>, é o concelho de mais elevada densidade populacional no Algarve. Presentemente, o município de Olhão tem cerca de 18% da sua população activa total dependente da pesca; e por outro lado, as descargas anuais de pescas têm vindo a declinar nos últimos anos, conforme identificado na Portaria n.º 828-A/2008, de 8 de Agosto. As cinco freguesias do concelho integraram a lista das freguesias mais dependentes da pesca.

A história da cidade de Olhão está intimamente relacionada, por um lado, com as actividades da pesca, comércio e indústria, actividades tradicionais que ainda hoje estão patentes na cidade, e por outro lado, em termos territoriais, com a Ria e o Mar, a fonte dos recursos que dinamizam a economia. Em termos concelhios, a cidade de

Olhão constitui o centro que polariza um território que se divide entre a Ria que sustenta as actividades do marisqueiro, da pesca, da aquacultura e do turismo balnear, e o barrocal onde se desenvolve. A história do concelho surge ligada a dois tipos de actividade – a agricultura, nas áreas rurais, e a pesca, nos centros urbanos, sendo esta última que proporcionou um maior desenvolvimento concelhio, associada a uma série de actividades a jusante e a montante dela dependentes. No entanto, Olhão tem todas as potencialidades para proporcionar ao turista a possibilidade de passar um dia agradável, usufruindo da restauração e pontos de interesse, ilhas, património histórico, entre outros.

A actividade agrícola no concelho reflecte de uma maneira geral a evolução regional do sector. Assim, o pomar de sequeiro que predomina nas áreas do barrocal, teve a sua máxima valorização no princípio do século XIX, reflectindo-se em termos de povoamento pela importância dos aglomerados de Moncarapacho. O decréscimo da importância das culturas tradicionais de sequeiro (alfarrobeira, amendoeira, oliveira e figueira), a par da intensificação agrícola em áreas mais favoráveis, traduziu-se numa certa estagnação dos aglomerados interiores e uma progressiva ocupação das zonas litorais. A agricultura, de sequeiro, e a hortofruticultura, foram polarizadas pelo aglomerado de Moncarapacho e Quelfes, enquanto que a pesca esteve na origem da formação dos dois centros urbanos principais – Olhão, e em menor escala, a Fuseta.

O desenvolvimento industrial surgiu em Olhão estritamente associado à actividade da pesca e o dinamismo do sector induziu ao aparecimento de outro tipo de indústrias: litografias, construção e reparação naval. A decadência do sector conserveiro estendeu-se às restantes indústrias a montante, derivada de um desajustamento face aos mercados tradicionais, à concorrência internacional e à actualização dos métodos produtivos.

O desenvolvimento turístico na Região, na zona do barlavento, a partir da década de 60, não teve repercussão directa no sotavento em geral e no concelho de Olhão em particular, pela construção de equipamentos e infra-estruturas turísticas. O afastamento das praias e o difícil acesso a estas, resultante da interposição da Ria Formosa, colocou o concelho fora das zonas favoráveis à expansão do turismo balnear, ficando assim, fora dos destinos turísticos regionais, mantendo-se dependente das actividades económicas tradicionais (agricultura, pesca e indústria

conserveira) e das actividades terciárias relacionadas com funções de administração, com os serviços de apoio às actividades económicas e à colectividade.

Pela análise da Tabela 8 é possível observar as tendências recentes no domínio da actividade empresarial, a partir dos movimentos de criação e encerramento de estabelecimentos no concelho entre 2001 e 2004. Registe-se a diminuição do número de estabelecimentos a operarem na fileira da pesca, traduzindo uma fragilização da capacidade de atracção e fixação de empresas, ligadas a sectores tradicionais como a indústria extractiva e a pesca, não obstante a existência de tradição e de instituições ligadas à prestação de serviços às empresas do sector.



**Tabela 8 – Evolução do n.º de estabelecimentos por ramo de actividade económica, Olhão (2001-04)**

Actividades	2001	2004	Var.2001-04
Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	22	42	+91%
Pescas	58	41	-29%
Indústrias Extractivas	6	4	-33%
Indústrias Transformadoras	108	132	+22%
Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água	3	1	-67%
Construção	138	213	+54%
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis	331	422	+27%
Alojamento e Restauração (restaurantes e similares)	134	160	+19%
Transportes, Armazenagem e Comunicações	21	36	+71%
Actividades Financeiras	22	24	+ 9%
Actividades Imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	60	105	+75%
Administração pública, Defesa e segurança social	-	1	-
Educação	10	14	+40%
Saúde e acção social	38	47	+24%
Outras Actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	30	41	+37%
<b>Total</b>	<b>981</b>	<b>1.283</b>	<b>+31%</b>

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal

A Tabela 9 apresenta a estrutura empresarial por actividade económica e número de trabalhadores. Verifica-se que 87% das empresas existentes possuem menos de 10 trabalhadores, sendo que 66% empregam menos de 5 trabalhadores. As PME são também predominantes no sector das pescas.

**Tabela 9 – N.º de estabelecimentos por actividade económica e n.º de trabalhadores, Olhão (2004)**

<b>Actividades Económicas</b>	<b>1-4</b>	<b>5-9</b>	<b>10-19</b>	<b>20-49</b>	<b>50-99</b>	<b>100-149</b>	<b>TOTAL</b>
Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	28	5	3	3	2	1	42
Pescas	19	9	10	3	-	-	41
Indústrias Extractivas	2	-	-	1	1	-	4
Indústrias Transformadoras	64	42	14	9	2	1	132
Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água	-	1	-	-	-	-	1
Construção	111	64	23	12	3	-	213
Comércio p/ grosso e a retalho, rep. de veículos automóveis	304	90	20	4	3	1	422
Alojamento e Restauração (restaurantes e similares)	129	25	4	2	-	-	160
Transportes, Armazenagem e Comunicações	21	7	6	2	-	-	36
Actividades Financeiras	15	4	4	-	1	-	24
Act. Imobiliárias, alugueres e serviços prestados às emp.	83	14	6	2	-	-	105
Administração pública, defesa e segurança social	-	-	-	1	-	-	1
Educação	7	2	4	1	-	-	14
Saúde e acção social	28	7	7	3	2	-	47
Outras Act. de serviços colectivos, sociais e pessoais	34	4	1	1	1	-	41
<b>Total</b>	<b>845</b>	<b>274</b>	<b>102</b>	<b>44</b>	<b>15</b>	<b>3</b>	<b>1.283</b>

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal

A Tabela 10 mostra que no espaço de apenas dois anos, o concelho registou um aumento muito significativo na sua população empregada. Os sectores mais empregadores do concelho são o do comércio, seguindo-se o da construção e a indústria transformadora. O sector da saúde e acção social tem também aumentado

significativamente o seu contributo para a criação do emprego, reflectindo o crescente aumento da procura por este tipo de serviços. As actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas também registaram um aumento assinalável. Em relação às pescas, o número de empregos tem variado lentamente.

**Tabela 10 – N.º de pessoas empregadas, por sector de actividade, concelho de Olhão (2002-04)**

Actividades	2002	2004	Var.2002-04
Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	333	457	+37,24%
Pescas	326	331	+ 1,53%
Indústrias Extractivas	86	84	- 2,23%
Indústrias Transformadoras	1.116	1.172	+ 5,02%
Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água	23	5	-78,26%
Construção	1.407	1.523	+ 8,24%
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis	1.675	1.862	+11,16%
Alojamento e Restauração (restaurantes e similares)	430	545	+26,74%
Transportes, Armazenagem e Comunicações	153	204	+33,33%
Actividades Financeiras	182	167	- 8,24%
Actividades Imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	264	370	+40,15%
Administração pública, Defesa e segurança social	0	27	-
Educação	108	118	+ 9,26%
Saúde e acção social	272	445	+63,60%
Outras Actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	151	175	+15,89%
<b>Total</b>	<b>6.526</b>	<b>7.485</b>	<b>+14,70%</b>

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal

Em matéria de habilitações literárias da população empregada (ver Tabela 11), predomina o nível de instrução do ensino básico. Em 2004, 55% da população empregada não possuía ainda o 3º ciclo completo, e apenas 22% tinha níveis de habilitação superior ao 3º ciclo. Regista-se, não obstante, uma evolução positiva face a 2002.

**Tabela 11 – Estrutura de níveis de habilitação da população empregada em Olhão (2002-04)**

Nível de Habilitação Literária	2002		2004	
	Nº	%	Nº	%
Inferior ao 1º Ciclo	296	4,54	344	4,60
1º Ciclo	2.295	35,17	2.236	29,87
2º Ciclo	1.309	20,06	1.555	20,77
3º Ciclo	1.263	19,35	1.698	22,69
Ensino Secundário	1.033	15,83	1.217	16,26
Bacharelato	132	2,02	142	1,90
Licenciatura	198	3,03	293	3,91
<b>Total</b>	<b>6.526</b>	<b>100,00</b>	<b>7.485</b>	<b>100,00</b>

Fonte: DGEEP/MTSS, Quadros de Pessoal

A Tabela 12 apresenta a estrutura de níveis de habilitação dos desempregados inscritos na Segurança Social. Em 2001, 67% dos desempregados não possuía o 3º ciclo completo, ao passo que 14% tinha níveis de habilitação superior ao 3º ciclo. Em 2005, 53% dos desempregados não possuía o 3º ciclo completo, ao passo que 20% tinha níveis de habilitação superior ao 3º ciclo.

**Tabela 12 – Estrutura de níveis de habilitação dos desempregados em Olhão (2001-05)**

Nível de Habilitação Literária	2001	2002	2003	2004	2005
Inferior ao 1º Ciclo	123	108	84	85	66
1º Ciclo	398	498	407	403	380
2º Ciclo	216	259	285	308	277
3º Ciclo	213	281	320	337	359
Ensino Secundário	101	140	150	176	175
Bacharelato	28	18	19	13	21
Licenciatura	29	57	95	64	83
<b>Total</b>	<b>1.108</b>	<b>1.361</b>	<b>1.360</b>	<b>1.386</b>	<b>1.361</b>

Fonte: Delegação Regional do Algarve, IEFP

A Tabela 13 apresenta as descargas das principais espécies nos portos do município de Olhão. Em Olhão, as descargas com maior volume são as de cavala, sardinha e polvos; as de maior valor total são as de cavala, sardinha e carapau negro. Em Fuzeta, os polvos são as espécies mais importantes, quer em volume quer em valor.

**Tabela 13 – Pesca descarregada nas lotas de Olhão, principais espécies (2006-2008)**

Concelho	Freguesia	Porto	Espécies	Quantidade (tons.)			Preço médio (€/Kg)		
				2006	2007	2008*	2006	2007	2008*
Olhão	Olhão	Olhão	Berbigão	0,1 T	0,2 T	0,0 T	€0,82/kg	€2,00/kg	-
			Carapau	278,1 T	71,5 T	38,1 T	€0,54/kg	€0,41/kg	€0,29/kg
			Carapau negro	52,6 T	302,5 T	423,8 T	€2,97/kg	€2,43/kg	€1,91/kg
			Cavala	1.662,0 T	4.475,0 T	4.715,1 T	€3,21/kg	€4,57/kg	€5,42/kg
			Choco	154,3 T	137,4 T	220,0 T	€0,25/kg	€0,24/kg	€0,28/kg
			Esparídeos diversos	76,8 T	91,8 T	62,1 T	€1,30/kg	€0,81/kg	€0,64/kg
			Faneca	2,9 T	2,2 T	1,1 T	€0,35/kg	€0,31/kg	€0,29/kg
			Peixe-espada preto	0,0 T	0,0 T	0,0 T	€0,36/kg	€0,25/kg	-
			Pescada	102,7 T	111,8 T	73,7 T	€0,24/kg	€0,24/kg	€0,29/kg
			Polvos	506,5 T	578,5 T	1.123,0 T	€0,25/kg	€0,26/kg	€0,24/kg
			Raias	41,5 T	38,4 T	41,5 T	€0,32/kg	€0,36/kg	€0,38/kg
			Sarda	66,7 T	32,6 T	6,6 T	€1,52/kg	€1,43/kg	€0,84/kg
			Sardinha	1.743,2 T	1.437,8 T	1.167,0 T	€1,84/kg	€1,53/kg	€1,46/kg
			Tubarões	40,2 T	121,1 T	137,3 T	€0,72/kg	€0,82/kg	€0,84/kg
	Total porto			4.728,0 T	7.401,0 T	8.009,3 T	€0,88/kg	€1,25/kg	€1,00/kg
	Fuzeta	Fuzeta	Choco	3,7 T	3,2 T	8,1 T	€0,21/kg	€0,24/kg	€0,26/kg
			Polvos	41,4 T	28,9 T	30,4 T	€0,29/kg	€0,28/kg	€0,25/kg
			Total porto			45,1 T	32,0 T	38,5 T	€0,28/kg
	<b>Total Concelho</b>			<b>4.773,1 T</b>	<b>7.433,0 T</b>	<b>8.047,8 T</b>	<b>€0,86/kg</b>	<b>€1,24/kg</b>	<b>€0,98/kg</b>

Fonte: DGPA

\* até Outubro de 2008

**Tabela 14 – Composição da Frota de Pesca: Olhão (2008)**

Concelho / Capitania	Zona	Stocks	Artes	POP4	N.º	Desloc. (GT)	Potência Motores (kw)
<b>Olhão</b>	CIEM IXa	Demersais	Artes fixas pequena pesca <12m	4K1	211	382,95	5.305,41
	CIEM VIIIc, IXa, IXb, X e CECAF	Demersais	Artes fixas >=12 m	4K2	11	151,47	927,95
	CIEM VIIIc, IXa, Ixb	Demersais (+carapau)	Arrasto	4K3	10	1.769,87	3.911,50
	CIEM IXa	Pequenos pelágicos (sardinha e outros)	Cerco	4K4	6	201,85	1.082,78
	Águas Internacionais	Demersais e Pelágicos	Polivalente, arrasto e anzol	4K5	2	712,00	1.323,00
	<b>Total no Concelho/Capitania</b>					<b>240</b>	<b>3.218,14</b>

Fonte: DGPA

**Tabela 15 – Frota Local, Costeira e de Largo – Capitania de Olhão (2008)**

Concelho/Capitania	Frota Local		Frota Costeira e Largo	
	N.º de Barcos	N.º Proprietários	N.º de Barcos	N.º de Armadores
Olhão	178	172	62	58

Fonte: DGPA

**Tabela 16 – Produção em Aquicultura: Olhão (2006)**

Concelho	Freguesia	Espécie	Nº. Estabelec. Com Produção	Quantidade Estimada	Valor Estimado	
Olhão	Moncarapacho	Amêijoia boa		18.703 kg	€ 161.641	
		Amêijoas nep		852 kg	€ 7.625	
		Berbigão Vulgar		80 kg	€ 72	
		Longueirão-direito		15 kg	€ 33	
		Ostras Nep		409 kg	€ 614	
	Olhão	Amêijoia boa		799.793 kg	€ 7.069.553	
		Berbigão Vulgar		38.320 kg	€ 34.258	
		Longueirão-direito		50 kg	€ 110	
		Ostras Nep		11.840 kg	€ 17.760	
		Pé de Burrinho		1.315 kg	€ 1.975	
	Pechão	Amêijoia boa		10.722 kg	€ 97.189	
	Quelfes	Amêijoia boa		64.519 kg	€ 567.811	
		Berbigão Vulgar		3.100 kg	€ 2.771	
		Dourada		157.000 kg	€ 835.350	
		Longueirão-direito		100 kg	€ 220	
		Ostras Nep		3.015 kg	€ 4.523	
	<b>Olhão Total</b>			<b>954</b>	<b>1.109.833 kg</b>	<b>€ 8.801.504</b>

Fonte: DGPA



**Tabela 17 – Indústrias: Olhão (2006)**

Concelho	Indústria	
	Congelados	Conservas
Olhão	Aquamarim-Aquac. do Marim, L. <sup>a</sup> Timar - Culturas em Água, L. <sup>a</sup> Soc. de Piscicultura Fareense Algarfresco - Indústria Transformadora da Pesca, Lda Algarve Andaluzia - Imp., Exp., Lda António Viegas Guerreiro, Lda Congelo - Congelação e Gelo, Lda Sulprogel - Produtos Alimentares, Lda	Conserveira do Sul, Lda Empresa de Conservas de J. A. Pacheco, Lda Faropeixe, Lda

Fonte: DGPA

### 2.3.2. Vila Real de Santo António

Vila Real de Santo António é sede de um concelho com cerca de 18.000 habitantes, tendo a população residente aumentado em cerca de 25% na década de 1990, essencialmente em resultado do saldo migratório. Com uma área de apenas 58 km<sup>2</sup>, tem uma elevada densidade populacional face ao contexto nacional. Presentemente, 4% da sua população activa depende da pesca, quer no mar quer no rio Guadiana. O sector das pescas dinamizou a cidade no final do século XIX e início do século XX, transformando-a num importante centro pesqueiro e conserveiro, em particular nas fileiras da sardinha e do atum; no entanto as descargas anuais de pescas têm vindo a declinar nos últimos anos, tal como no caso de Olhão. A pesca é ainda hoje um importante elemento da economia local, tendo adquirido hoje um papel adicional como factor potenciador do turismo. As três freguesias do concelho, territorialmente descontínuas, integraram a lista das freguesias mais dependentes da pesca definidas na Portaria n.º 828-A/2008.

A Tabela 18 apresenta a estrutura de habilitações literárias da população empregada, na qual predomina o nível de instrução do ensino básico. Em 2001, quase 51% da população empregada não possuía ainda o 3º ciclo completo, e apenas 24% tinha

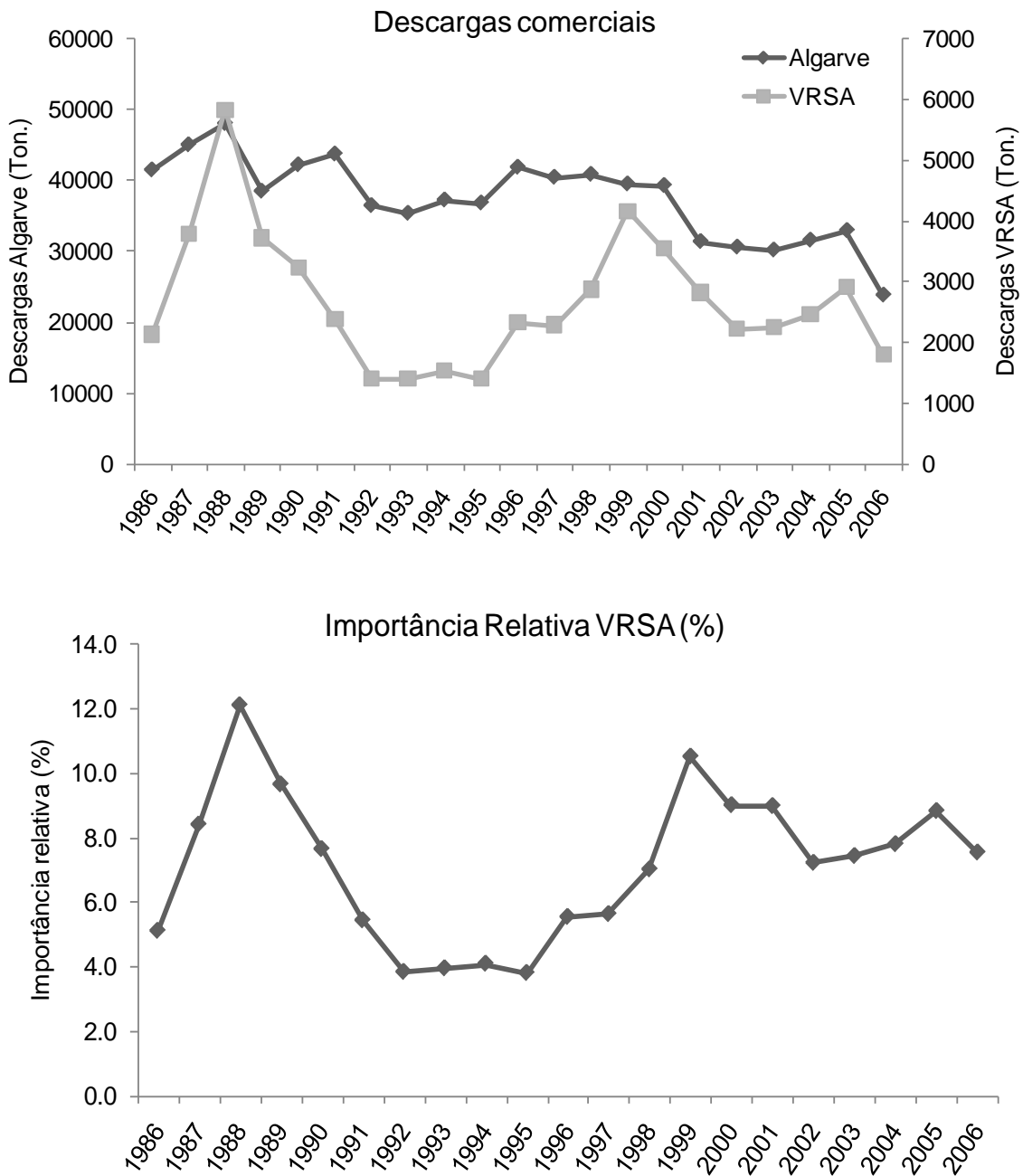
níveis de habilitação superior ao 3º ciclo. A taxa de analfabetismo do concelho era de 12,7%, acima da média para a região do Algarve (10,4%).

**Tabela 18 – Estrutura de níveis de habilitação da população empregada em V.R. Santo António (2001)**

Nível de Habilitação Literária	%
1º Ciclo Ensino Básico	37,6%
2º Ciclo Ensino Básico	13,0%
3º Ciclo Ensino Básico	12,2%
Ensino Secundário	16,6%
Ensino Médio	0,5%
Ensino Superior	6,7%

Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

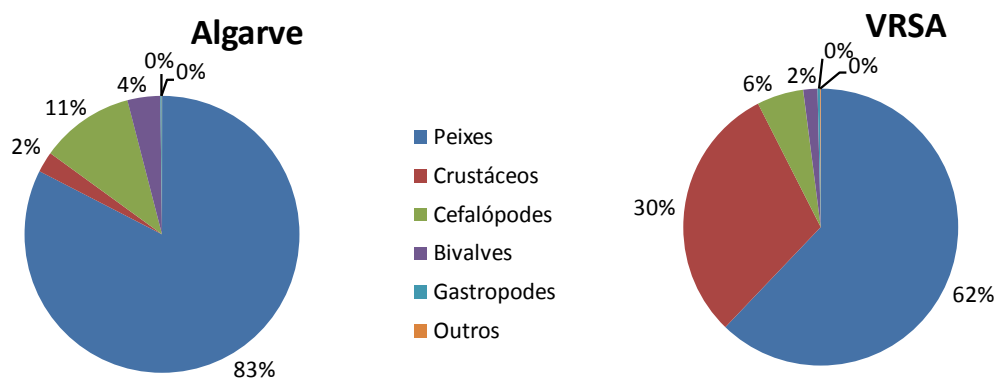
Entre 1986 e 2006, as descargas comerciais totais em lota na região do Algarve têm vindo a decrescer progressivamente. Em 1986 registou-se uma descarga total em lota de 41.525 ton., enquanto que em 2006 este valor foi de 23.792 ton., um decréscimo de cerca de 43%. Relativamente a Vila Real de Santo António, também se verificou um decréscimo, mas os valores anuais oscilaram significativamente mais, em particular na segunda metade da década de 1980. O início da década de 1990 viu uma forte queda nas descargas, com alguma subida nos anos subsequentes. Em termos de importância relativa de Vila Real de Santo António em comparação com o total da costa Algarvia, pode-se observar que após um período de forte oscilação na segunda metade da década de 1980, esta tem vindo a convergir para valores entre os 7-9% (ver Figura 3).



**Figura 3 – Descargas totais anuais e importância relativa de Vila Real de Santo António**

Em termos de importância dos diferentes grupos faunísticos existem algumas diferenças entre Vila Real de Santo António e os valores globais para o Algarve. Em

ambos os casos os peixes surgem como o grupo mais importante, mas enquanto no Algarve representam 83% das descargas, em Vila Real de Santo António representam apenas 62%. Por outro lado, os crustáceos surgem com uma importância muito superior em Vila Real de Santo António (30%) do que no resto do Algarve (2%). Os restantes grupos de espécies possuem um valor mais reduzido, sendo ainda de destacar os cefalópodes que representam 11% das descargas no Algarve e 6% em Vila Real de Santo António e os bivalves que representam 4% no Algarve e 2% em Vila Real de Santo António (ver Figura 4).



**Figura 4 – Diferenças na importância relativa dos diferentes grupos faunísticos: VRSA e Algarve**

Em termos de quantidades totais desembarcadas verificou-se que para os últimos 20 anos a sardinha foi o recurso mais importante, quer para o Algarve, quer para Vila Real de Santo António, em particular. Conforme exposto anteriormente, porém, a maior parte dos crustáceos nobres (de elevado valor comercial), nomeadamente a gamba e o lagostim, são desembarcados em Vila Real de Santo António. Esta relação de quase exclusividade está relacionada com a proximidade da lota de Vila Real de Santo António com o maior mercado importador daquele produto, Espanha. O mercado em lota de crustáceos de profundidade tornou-se um *ex-libris* da pesca nesta cidade algarvia. Esta situação reflecte-se na ordem de importância dos restantes recursos pesqueiros, com uma maior importância de peixes de profundidade resultantes do arrasto de crustáceos em Vila Real de Santo António, como o verdinho,

o tamboril e a pescada. Em contraste, na região Algarvia em geral são os polvos, a cavala e o carapau as espécies mais capturadas, atestando assim a relevância da pesca artesanal e costeira.

A Tabela 19 apresenta as descargas das principais espécies em Vila Real de Santo António. As descargas com maior volume são as de verdinho, pescada e sardinha; as de maior valor são as de verdinho, carapau e sardinha.

**Tabela 19 – Pesca descarregada nas lotas de VR Santo António, principais espécies (2006-2008)**

Concelho	Freguesia	Porto	Espécies	Quantidade (tons.)			Preço médio (€/Kg)		
				2006	2007	2008	2006	2007	2008
Vila Real de Santo António	Vila Real de Santo António	Vila Real de Santo António	Carapau	71,4 T	54,4 T	39,1 T	€1,37/kg	€1,39/kg	€1,09/kg
			Carapau negrão	6,3 T	4,9 T	3,0 T	€1,68/kg	€2,32/kg	€2,77/kg
			Cavala	8,0 T	10,5 T	16,2 T	€2,08/kg	€1,70/kg	€2,06/kg
			Choco	51,3 T	61,0 T	58,6 T	€0,24/kg	€0,22/kg	€0,28/kg
			Esparídeos diversos	10,9 T	7,0 T	2,5 T	€0,22/kg	€0,22/kg	€0,23/kg
			Faneca	1,0 T	0,7 T	0,4 T	€0,36/kg	€0,37/kg	€0,43/kg
			Peixe-espada preto	0,0 T	2,5 T	1,4 T	-	€1,15/kg	€0,70/kg
			Pescada	174,9 T	99,1 T	74,5 T	€0,32/kg	€0,28/kg	€0,34/kg
			Polvos	39,1 T	29,4 T	17,3 T	€0,50/kg	€0,36/kg	€0,36/kg
			Raias	25,1 T	26,8 T	23,9 T	€0,41/kg	€0,36/kg	€0,51/kg
			Sarda	0,8 T	0,7 T	0,0 T	€1,12/kg	€1,08/kg	€0,77/kg
			Sardinha	67,6 T	85,9 T	54,5 T	€0,89/kg	€0,61/kg	€0,55/kg
			Tubarões	21,4 T	18,5 T	8,3 T	€1,12/kg	€0,91/kg	€0,84/kg
Verdinho	358,5 T	256,7 T	106,2 T	€3,27/kg	€2,45/kg	€2,07/kg			
<b>Total Concelho</b>				<b>836,3 T</b>	<b>658,2 T</b>	<b>406,0 T</b>	<b>€0,69/kg</b>	<b>€0,58/kg</b>	<b>€0,55/kg</b>

Fonte: DGPA

\* até Outubro de 2008

**Tabela 20 – Composição da Frota de Pesca: Vila Real de Santo António (2008)**

Municípios	Zona	Stocks	Artes	POP4	N.º	GT(1)	POT(kw)
Vila Real de Santo António	CIEM IXa	Demersais	Artes fixas pequena pesca <12m	4K1	164	243,18	3.789,80
	CIEM VIIIc, IXa, IX b, X e CEECAF	Demersais	Artes fixas >=12 m	4K2	23	631,52	2.714,52
	CIEM VIIIc, IXa, IX b	Demersais (+carapau)	Arrasto	4K3	17	1.949,28	5.619,48
	CIEM IXa	Pequenos pelágicos (sardinha e outros)	Cerco	4K4	7	357,87	1.661,12
	Águas Internac.	Demersais e Pelágicos	Polivalent e, arrasto e anzol	4K5	-	-	-
	<b>TOTAL</b>					<b>211</b>	<b>3.181,85</b>

Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

**Tabela 21 – Frota Local - Capitania de Vila Real de Santo António (2008)**

Municípios	Freguesias	N.º de Barcos	N.º de Proprietários	Tripulantes
Vila Real de Santo António	VRSA	8	8	10
	Monte Gordo	27	27	30
	VNCacela (Praia da Lota e Sítio da Fábrica)	10	10	15
Castro Marim	Azinhal	1	1	1
	Altura	7	7	10
	Castro Marim	1	1	1
Alcoutim	Alcoutim	6	6	6
Mértola	Mértola	22	22	22

Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

**Tabela 22 – Frota costeira - Capitania de Vila Real de Santo António (2008)**

Município	Freguesia	N.º de Barcos	N.º de Armadores	Pessoas (embarcados)
Vila Real de Santo António	Vila Real de Santo António	64	57	162

Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António (nota: não existe frota de largo em VRSA)

**Tabela 23 – Pesca – Vila Real de Santo António (2008)**

		Pesca - Apeada		Pesca - Apanha de Animais	
Município	Freguesia	N.º Licenciados	Produção	N.º Licenciados	Produção
Vila Real de Santo António	VRSA	36	-	Não existe no Município	
	Monte Gordo				
	VNCacela				

Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

**Tabela 24 – Aquacultura – Vila Real de Santo António (2008)**

		Moluscicultura		Piscicultura		Estabelecimentos Conexos	
Município	Freguesia	Unidades Licenciadas	N.º Trabalh.	Unidades Licenciadas	N.º Trabalh.	Unidades Licenciadas	N.º Trabalh.
Vila Real de Santo António	VRSA	8	20	Não existe no Município		Não existe no Município	
	Monte Gordo						
	VNCacela						

Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António



**Tabela 25 – Indústrias – Vila Real de Santo António (2008)**

Município	Freguesia	Salgas			Congelados		
		Unidades	N.º Trabalh.	Produção	Unidades	N.º Trabalh.	Produção
Vila Real de Santo António	VRSA	Cons. Damaso	4	55 Ton. €0,25 milhões	S.P. Pelagicas	7	80 Ton. €0,3 milhões
	Monte Gordo						
	VNCacela						

Fonte: CM Vila Real de Santo António

**Tabela 26 – Actividades Económicas Relacionadas – Vila Real de Santo António (2008)**

Municípios	Freguesias	Estaleiros			Lotas e Postos de Vendagem			
		Unidades	N.º Trabalh.	Produção	Lotas e Postos de Vendagem	Potenciais Postos	N.º Trabalh.	Produção
Vila Real de Santo António	VRSA	Conafi	7	-	-	-	11	1.593 Ton. €15,7 milhões
		Nautiber	42	840 Ton. €4,0 milhões				
		Marina Guadiana	7	-				
		Levantnav	7	10 Ton. €0,3 milhões				

Fonte: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

**Tabela 27 – Produção em Aquicultura: Vila Real de Santo António (2006)**

Concelho	Freguesia	Espécie	Nº. Estabelec. Com Produção	Quantidade Estimada	Valor Estimado
Vila Real de Santo António	Vila Nova de Cacela	Amêijoa boa		61.224 kg	€ 554.953
		Ostras Nep		1.120 kg	€ 1.680
Vila Real de Santo António Total			12	62.344 kg	€ 556.633

Fonte: DGPA

**Tabela 28 – Indústrias: Vila Real de Santo António (2006)**

Concelho	Indústria	
	Salgas	Congelados
VRSA	Conservas de Peixe Dâmaso Unipessoal, Lda	José do Carmo & Emiliano, Lda Sociedade de Pescas Pelágicas, Lda

Fonte: DGPA

### 2.3.3. Loulé

A cidade de Loulé é sede de um concelho com cerca de 59.000 habitantes, tendo a população residente aumentado em cerca de 27% na década de 1990, essencialmente em resultado do saldo migratório. Com uma área de 765 km<sup>2</sup>, apresenta reduzida densidade populacional. Duas das onze freguesias do concelho integraram a lista das freguesias mais dependentes da pesca, abrangendo cerca de 25.000 habitantes.

Cerca de 76% dos trabalhadores por conta de outrem no Município de Loulé trabalham no sector terciário, contra 22% no sector secundário e menos de 2% no sector primário. 439 empresas operavam no município em Dezembro de 2005, predominantemente nos sectores do comércio por grosso e retalho (29%), da construção (23%) e alojamento e restauração (15%).

A Tabela 29 apresenta as descargas das principais espécies em Quarteira. As descargas com maior volume são as de sardinha, polvos e choco; as de maior valor são as de sardinha, polvos e cavala.

**Tabela 29 – Pesca descarregada nas lotas de Loulé, principais espécies (2006-2008)**

Concelho	Freguesia	Porto	Espécies	Quantidade (tons.)			Preço médio (€/Kg)		
				2006	2007	2008*	2006	2007	2008*
Loulé	Quarteira	Quarteira	Carapau	102,8 T	68,4 T	60,7 T	€0,44/kg	€0,37/kg	€0,27/kg
			Carapau negro	5,4 T	62,1 T	47,1 T	€1,08/kg	€1,50/kg	€1,34/kg
			Cavala	69,3 T	59,6 T	18,9 T	€2,01/kg	€1,77/kg	€1,40/kg
			Choco	95,9 T	96,8 T	131,1 T	€0,32/kg	€0,24/kg	€0,30/kg
			Esparídeos diversos	68,3 T	71,3 T	38,8 T	€0,36/kg	€0,41/kg	€0,21/kg
			Faneca	7,1 T	8,6 T	4,6 T	€0,26/kg	€0,25/kg	€0,23/kg
			Pescada	7,2 T	8,1 T	5,9 T	€0,19/kg	€0,19/kg	€0,19/kg
			Polvos	281,8 T	443,4 T	550,9 T	€0,25/kg	€0,25/kg	€0,24/kg
			Raias	25,7 T	27,1 T	32,0 T	€0,28/kg	€0,26/kg	€0,28/kg
			Sarda	0,9 T	3,5 T	4,0 T	€0,39/kg	€0,53/kg	€0,40/kg
			Sardinha	388,5 T	432,1 T	463,7 T	€0,85/kg	€0,52/kg	€0,62/kg
			Tubarões	2,2 T	2,2 T	2,1 T	€0,46/kg	€0,49/kg	€0,51/kg
			Verdinho	0,1 T	0,1 T	0,2 T	€0,67/kg	€0,45/kg	€0,59/kg
<b>Total Concelho</b>				<b>1.055,3 T</b>	<b>1.283,4 T</b>	<b>1.359,8 T</b>	<b>€0,42/kg</b>	<b>€0,35/kg</b>	<b>€0,33/kg</b>

Fonte: DGPA

\* até Outubro de 2008

**Tabela 30 – Produção em Aquicultura: Faro/Loulé (2006)**

Concelho	Freguesia	Espécie	Nº. Estabelec. Com Produção	Quantidade Estimada	Valor Estimado	
Faro/Loulé	Almancil	Amêijoa boa		528.345 kg	€ 4.702.318	
		Berbigão Vulgar		68.833 kg	€ 61.536	
		Longueirão-direito		120 kg	€ 264	
		Ostra Portuguesa		1.000 kg	€ 1.800	
		Ostras Nep		8.500 kg	€ 12.750	
		Pé de Burrinho		234 kg	€ 351	
	Conceição	Amêijoa boa		42.671 kg	€ 372.316	
		Dourada		2.200 kg	€ 11.706	
		Ostras Nep		5.000 kg	€ 7.500	
		Tainhas Nep		80 kg	€ 55	
	Faro (São Pedro)	Amêijoa boa		41.199 kg	€ 373.447	
		Berbigão Vulgar		2.340 kg	€ 2.092	
		Dourada		43.599 kg	€ 231.977	
		Enguia Europeia		100 kg	€ 1.159	
		Robalo Legítimo		90 kg	€ 472	
		Tainhas Nep		70 kg	€ 48	
	Faro (Sé)	Amêijoa boa		151.019 kg	€ 1.355.230	
		Berbigão Vulgar		200 kg	€ 179	
		Ostras Nep		2.573 kg	€ 3.860	
	Montenegro	Amêijoa boa		74.880 kg	€ 678.731	
	Santa Bárbara de Nexe	Amêijoa boa		4.081 kg	€ 36.996	
		Berbigão Vulgar		700 kg	€ 626	
		Mexilhões nep		100 kg	€ 33	
		Ostras Nep		90 kg	€ 135	
		Ostras Planas Nep		100 kg	€ 75	
	Faro/Loulé Total			256	978.124 kg	€ 7.855.658

Fonte: DGPA

#### 2.3.4. Tavira

A cidade de Tavira é sede de um concelho com cerca de 25.000 habitantes, tendo a população residente variado pouco nas últimas décadas. Com uma área de 607 km<sup>2</sup>, apresenta reduzida densidade populacional. Cerca de 4% da sua população activa total depende da pesca. Cinco das nove freguesias do concelho integraram a lista das freguesias mais dependentes da pesca, abrangendo cerca de 19.000 habitantes.

A importância preponderante do sector primário na economia deu lugar, nas últimas décadas, à primazia do sector terciário. Apesar da manutenção dos valores naturais (ambiente, paisagem, ruralidade), o Concelho tem tendência para acompanhar o rumo do resto da região, ou seja, o aumento do número de empresas no sector dos serviços devido ao desenvolvimento turístico. Também o desenvolvimento urbano e a gradual melhoria da qualidade de vida têm conduzido ao aparecimento de múltiplas iniciativas na esfera terciária. A Tabela 31 mostra, não obstante, que o sector primário permanece uma parte importante do tecido económico do concelho.

**Tabela 31 – Número de empresas por ramo de actividade económica no concelho de Tavira (2000)**

Sector de Actividade	N.º	Peso
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	568	16,5%
Indústrias extractivas	7	0,2%
Indústrias transformadoras	166	4,8%
Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água	-	-
Construção	683	19,8%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis	1.001	29,0%
Alojamento e restauração	470	13,6%
Transportes, armazenagem e comunicações	38	1,1%
Actividades financeiras	52	1,5%
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	209	6,1%
Admin. pública, educação, saúde e acção social, outros serv. colectív.	133	3,9%
Outras	124	3,6%
<b>Total</b>	<b>3.451</b>	<b>100%</b>

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Algarve, 2001

A Tabela 32 apresenta o volume médio de vendas e dimensão média das empresas em número de empregados em Tavira. Mesmo face ao contexto Algarvio de empresas de dimensão reduzida, o universo empresarial do concelho de Tavira é constituído por empresas de dimensão média ainda mais reduzida, seja em volume de vendas, seja em pessoal ao serviço. A excepção é no sector primário, em que o volume de vendas atinge valores superiores aos da região.

**Tabela 32 – Volume médio de vendas (milhares de euros) e dimensão média empresas, Tavira (2000)**

Sector de Actividade	Volume Vendas		N.º Empregados	
	Algarve	Tavira	Algarve	Tavira
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	160,2	180,7	5,7	4,2
Indústrias extractivas	1251,8	0,0	17,6	0,0
Indústrias transformadoras	356,5	132,8	9,1	6,9
Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água	560,2	0,0	4,9	0,0
Construção	308,5	299,3	5,0	5,1
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis	543,1	299,1	4,8	2,9
Alojamento e restauração	228,7	172,0	7,7	7,4
Transportes, armazenagem e comunicações	492,7	55,9	7,1	2,7
Actividades financeiras	591,0	0,0	8,7	0,0
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	156,6	84,5	3,3	2,2
Admin. pública, educação, saúde e acção social, outros serv. colectiv.	168,9	49,9	5,0	2,6
Outras	3,8	0,0	0,7	0,0
<b>Média</b>	<b>333,8</b>	<b>197,3</b>	<b>5,5</b>	<b>4,0</b>

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Algarve, 2001

A pesca é uma actividade económica importante para o concelho de Tavira. Os produtos de pesca desempenham um papel de relevo na sócio-economia desta região, em especial nas comunidades ribeirinhas. A comunidade piscatória do concelho de Tavira é composta por 60 embarcações. As artes de pesca utilizadas nas embarcações estão resumidas de acordo com a Tabela 33. A pesca é também essencial para outras actividades económicas da região, nomeadamente o sector do turismo. Por exemplo, Santa Luzia é denominada a “Capital do Polvo”, sendo que a

maioria dos seus pescadores se dedicam à captura deste cefalópode e o fornecem a inúmeros restaurantes.

**Tabela 33 – Distribuição das artes de pesca utilizadas nas embarcações do concelho de Tavira (2008)**

	Tavira	Santa Luzia	Cabanas
Armadilha	16	25	11
Pesca à Linha	20	18	8
Emalhar	10	4	8
Arrasto	2	1	-
Cerco	1	1	-
Tresmalho	-	4	10
Arte de Levantar	-	1	-

Fonte: Câmara Municipal de Tavira

Relativamente ao sector aquícola, o Concelho de Tavira dispõe de uma piscicultura que inclui sectores de maternidade e engorda em sistema intensivo de dourada (*Sparus aurata*) e de robalo (*Dicentrarchus labrax*), bem como viveiros de produção de ostra (*Cassostrea gigas*) e amêijoa boa (*Ruditapes decussatus*).

Para além da pesca, a moluscicultura (viveiros) assume um papel relevante para a economia local, sendo a Ria Formosa a principal região produtora de moluscos bivalves no país. A moluscicultura ocupa um lugar de destaque na aquacultura Algarvia devido às suas elevadas produções de amêijoa boa (*Ruditapes decussatus*). Existem presentemente 55 viveiros no concelho.

A Timar – Culturas em Água, Lda. é uma aquacultura de robalo e dourada e dedica-se à produção e engorda de juvenis. Uma das suas principais características é ser a empresa de aquacultura que mais produz a nível nacional. Produziu 25 milhões de juvenis de dourada e 200 toneladas de pescado em 2007.



A Tabela 34 apresenta as descargas das principais espécies nos portos do município de Tavira. Em Tavira, as descargas com maior volume são as de polvos, choco e esparídeos; as de maior valor são as de polvos, choco e cavala. Em Santa Luzia, os polvos são as espécies mais importantes, quer em volume quer em valor.

**Tabela 34 – Pesca descarregada nas lotas de Tavira, principais espécies (2006-2008)**

Concelho	Freguesia	Porto	Espécies	Quantidade (tons.)			Preço médio (€/Kg)		
				2006	2007	2008	2006	2007	2008
Tavira	Santa Maria	Tavira	Carapau	3,5 T	8,6 T	4,6 T	€0,42/kg	€0,35/kg	€0,29/kg
			Carapau negrão	0,3 T	5,3 T	1,1 T	€0,39/kg	€1,61/kg	€1,23/kg
			Cavala	3,7 T	6,0 T	4,0 T	€0,96/kg	€1,28/kg	€1,73/kg
			Choco	28,4 T	30,2 T	52,2 T	€0,29/kg	€0,27/kg	€0,28/kg
			Esparídeos diversos	16,1 T	15,6 T	12,6 T	€0,15/kg	€0,14/kg	€0,15/kg
			Faneca	0,2 T	0,3 T	0,2 T	€0,30/kg	€0,27/kg	€0,27/kg
			Pescada	7,0 T	4,7 T	12,4 T	€0,30/kg	€0,25/kg	€0,31/kg
			Polvos	83,6 T	125,6 T	117,9 T	€0,25/kg	€0,25/kg	€0,22/kg
			Raias	12,9 T	8,4 T	9,6 T	€0,40/kg	€0,31/kg	€0,34/kg
			Sarda	0,4 T	0,3 T	0,4 T	€0,64/kg	€0,46/kg	€0,54/kg
			Sardinha	2,4 T	3,9 T	4,1 T	€1,53/kg	€0,51/kg	€0,44/kg
	Tubarões	2,4 T	2,2 T	2,6 T	€0,91/kg	€0,85/kg	€0,67/kg		
	Total porto			160,7 T	211,1 T	221,8 T	€0,26/kg	€0,26/kg	€0,24/kg
	Santa Luzia	Santa Luzia	Choco	0,0 T	0,4 T	0,4 T	€0,24/kg	€0,28/kg	€0,31/kg
			Esparídeos diversos	0,0 T	0,0 T	0,0 T	-	-	€0,10/kg
Polvos			529,6 T	803,3 T	846,5 T	€0,24/kg	€0,25/kg	€0,22/kg	
Total porto			529,7 T	803,7 T	846,9 T	€0,24/kg	€0,25/kg	€0,22/kg	
<b>Total Concelho</b>			<b>690,4 T</b>	<b>1.014,9 T</b>	<b>1.068,8 T</b>	<b>€0,25/kg</b>	<b>€0,25/kg</b>	<b>€0,22/kg</b>	

Fonte: DGPA

\* até Outubro de 2008

**Tabela 35 – Composição da Frota de Pesca: Tavira (2008)**

Concelho / Capitania	Zona	Stocks	Artes	POP4	N.º	Desloc. (GT)	Potência Motores (kw)
<b>Tavira</b>	CIEM IXa	Demersais	Artes fixas pequena pesca <12m	4K1	232	510,82	5.022,57
	CIEM VIIIc,IXa,IX b,X e CECAF	Demersais	Artes fixas >=12 m	4K2	17	308,75	1.808,33
	CIEM VIIIc,IXa,IXb	Demersais (+carapau)	Arrasto	4K3	0	0,00	0,00
	CIEM IXa	Pequenos pelágicos (sardinha e outros)	Cerco	4K4	1	36,91	225,06
	Águas Internac.	Demersais e Pelágicos	Polivalente, arrasto e anzol	4K5	0	0,00	0,00
	<b>Total no Concelho/Capitania</b>					<b>250</b>	<b>856,48</b>

Fonte: DGPA

**Tabela 36 – Frota Local, Costeira e de Largo – Capitania de Tavira (2008)**

Concelho/Capitania	Frota Local		Frota Costeira e Largo	
	N.º de Barcos	N.º Proprietários	N.º de Barcos	N.º de Armadores
Tavira	154	151	96	90

Fonte: DGPA

**Tabela 37 – Produção em Aquicultura: Tavira (2006)**

Concelho	Freguesia	Espécie	Nº. Estabelec. Com Produção	Quantidade Estimada	Valor Estimado
Tavira	Cachopo	Amêijoa boa		35.890 kg	€ 318.593
		Atum rabilho		11.483 kg	€ 220.973
		Corvina Legítima		22.976 kg	€ 263.535
		Dourada		1.774 kg	€ 9.439
	Luz	Amêijoa boa		18.541 kg	€ 168.068
		Dourada		172.950 kg	€ 920.215
		Robalo Legítimo		40.220 kg	€ 211.109
	Tavira (Santa Maria)	Amêijoa boa		30.261 kg	€ 274.318
		Ostras Nep		49.830 kg	€ 74.745
	Tavira (Santiago)	Amêijoa boa		2.993 kg	€ 17.639
Tavira Total			63	386.918 kg	€ 2.478.635

Fonte: DGPA

### 2.3.5. Faro

Faro é a capital do distrito com o mesmo nome, e sede de um concelho onde residem cerca de 58.000 habitantes, tendo a população residente aumentado em cerca de 14% na década de 1990, essencialmente em resultado do saldo migratório. A cidade é uma das mais importantes a nível nacional, e a mais importante do Algarve. Com uma área de 202 km<sup>2</sup>, apresenta uma elevada densidade populacional. Três das seis freguesias do concelho integraram a lista das freguesias mais dependentes da pesca, abrangendo cerca de 47.000 habitantes. Mais de 3% da sua população activa total depende da pesca.

A Tabela 38 apresenta as descargas das principais espécies em Faro. As descargas com maior volume e de maior valor são as de esparídeos, choco e berbigão.

**Tabela 38 – Pesca descarregada nas lotas de Faro, principais espécies (2006-2008)**

Concelho	Freguesia	Porto	Espécies	Quantidade (tons.)			Preço médio (€/Kg)		
				2006	2007	2008*	2006	2007	2008*
Faro	Sé	Faro	Berbigão	1,0 T	0,2 T	0,0 T	€2,00/kg	€1,22/kg	-
			Choco	0,6 T	0,3 T	0,6 T	€0,25/kg	€0,25/kg	€0,25/kg
			Esparídeos diversos	0,5 T	2,6 T	0,3 T	€0,19/kg	€0,45/kg	€0,12/kg
			Polvos	0,2 T	0,1 T	0,1 T	€0,28/kg	€0,22/kg	€0,22/kg
			Raias	0,0 T	0,0 T	0,0 T	-	€0,29/kg	-
			Tubarões	0,1 T	0,3 T	0,0 T	€0,50/kg	€0,57/kg	-
<b>Total Concelho</b>				<b>2,4 T</b>	<b>3,6 T</b>	<b>1,0 T</b>	<b>€0,37/kg</b>	<b>€0,42/kg</b>	<b>€0,19/kg</b>

Fonte: DGPA

\* até Outubro de 2008

**Tabela 39 – Composição da Frota de Pesca: Faro (2008)**

Concelho / Capitania	Zona	Stocks	Artes	POP4	N.º	Desloc. (GT)	Potência Motores (kw)
<b>Faro</b>	CIEM IXa	Demersais	Artes fixas pequena pesca <12m	4K1	149	234,33	3.910,22
	CIEM VIIIc, IXa, IXb, X e CECAF	Demersais	Artes fixas >=12 m	4K2	6	115,66	729,23
	CIEM VIIIc, IXa, IXb	Demersais (+carapau)	Arrasto	4K3	0	0,00	0,00
	CIEM IXa	Pequenos pelágicos (sardinha e outros)	Cerco	4K4	2	133,17	456,01
	Águas Internac.	Demersais e Pelágicos	Polivalente, arrasto e anzol	4K5	0	0,00	0,00
	<b>Total no Concelho/Capitania</b>					<b>157</b>	<b>483,16</b>

Fonte: DGPA

**Tabela 40 – Frota Local, Costeira e de Largo – Capitania de Faro (2008)**

Concelho/Capitania	Frota Local		Frota Costeira e Largo	
	N.º de Barcos	N.º Proprietários	N.º de Barcos	N.º de Armadores
Faro	140	131	17	17

Fonte: DGPA

### 3. Diagnóstico da Zona Costeira: Análise SWOT

#### Forças

- Mercado turístico maduro e com dimensão, ainda carente de novos produtos e animação turística;
- Área comercial consolidada embora com fraco grau de inovação; equipamentos obsoletos para desembarque e comercialização do pescado;
- Área de serviços consolidada embora com pouca sofisticação;
- Rico património histórico ligado à actividade piscatória e à memória da comunidade;
- Território singular de elevada valia ambiental com boas condições para aquicultura e turismo;
- Existência de uma boa rede de instituições públicas de formação tanto na área das pescas como de profissões alternativas; boas aptidões e capacidade dos profissionais da pesca;
- Boas redes locais a nível concelhio para apoio às populações, sobretudo na esfera pública.

### **Fraquezas**

- Insuficiente aproveitamento da pesca como recurso turístico;
- Insuficiente intervenção dos produtores na comercialização do pescado;
- Fraca diversidade e organização dos serviços ligados à actividade piscatória;
- Degradação e abandono de instalações industriais e sociais ligado às pescas;
- Fragilidade do ecossistema da Ria Formosa; fracas condições para fruição plena do Parque;
- Débil capacidade de gestão dos pequenos empresários; nível geral de escolaridade e formação baixos;
- Défice de equipamentos sociais de proximidade em várias freguesias (creches, lares de 3ª idade, etc).

### Oportunidades

- Grande potencial de desenvolvimento da pesca turística; necessidade de diferenciação dos destinos; PENT;
- Investimentos nas infra-estruturas de comercialização do pescado a fazer pelo POLIS;
- Melhor articulação com a actividade das pescas no quadro da valorização da Ria Formosa;
- Criação do Centro Intern. Ecohidrologia Costeira da UNESCO e Museu da Ciência e do Mar;
- Investimentos de reabilitação e preservação da Ria Formosa, no quadro do POLIS;
- Programa Novas Oportunidades de melhoria e reconhecimento de competências;
- Financiamentos comunitários do QREN e do FEP para apoio a estas áreas.



### **Ameaças**

- Forte concorrência internacional; aumento do preço dos combustíveis;
- Incapacidade de modernização, redimensionamento e cooperação para enfrentar concorrências das grandes superfícies;
- Fraca capacidade de inovação e de mobilização dos recursos do Parque Natural;
- Falta de recursos financeiros que poderá conduzir a maior degradação;
- Acidentes ambientais e catástrofes industriais e naturais na Ria Formosa;
- Insuficiente valorização por parte dos empresários das suas próprias competências e dos seus empregados;
- Crescente desemprego no sector pesqueiro com deterioração da situação sócio-económica das comunidades dependentes da pesca.

## 4. Síntese da Análise

A população do Sotavento Algarvio, à semelhança do resto do Algarve, encontra-se envelhecida e o saldo natural estagnado, tendo o crescimento populacional registado na última década decorrido do saldo migratório, e tendo ocorrido já situações em que se registam taxas de crescimento naturais negativos por municípios, em alguns anos. Castro Marim, Tavira e Loulé, em particular, registam índices de envelhecimento e de dependência de idosos muito acima das médias nacionais e regionais. A população idosa constitui uma parcela cada vez maior da população (nos três municípios mencionados, e em 2006, as proporções de residentes com mais de 65 anos eram respectivamente de 39,1%, 28,0% e 34,6%, comparativamente com uma média nacional de 25%). Por outro lado, a população jovem (<15 anos), totaliza menos de metade, ou no caso de alguns municípios menos de um terço, da população idosa.

Em matéria de educação, as taxas de desistência registadas no ensino básico estão, para todos os municípios do Sotavento com a excepção de Faro, acima da média nacional (de 10,6% em 2006). Olhão (15,6%) e Castro Marim (13,0%) são as situações mais preocupantes. As taxas de conclusão do ensino secundário são também preocupantes em todos os municípios do Sotavento, em particular em Olhão (60,8%) e Vila Real de Santo António (61,3%), que ficaram bastante aquém da média nacional (69,4%). Também relativamente aos indicadores de saúde se verificam debilidades, nomeadamente ao nível das taxas de mortalidade infantil e neonatal que foram claramente superiores à média nacional em todos os municípios do Sotavento com excepção de Olhão e Tavira.

A economia Algarvia encontra-se fortemente terciarizada, com mais de 76% da população activa empregue no sector terciário (contra uma média nacional de 60%). O turismo assume, naturalmente, destaque na estrutura de emprego da região. Nos municípios do Sotavento, a proporção dos activos no sector terciário ronda sempre os três quartos, com excepção de Olhão (57%). O sector secundário, pelo contrário, ocupa uma proporção relativamente reduzida da população Algarvia - cerca de 21%, comparando com uma média nacional de 39%. No Sotavento, Olhão e Tavira registam proporções de activos no sector secundário acima dos demais municípios (34% e 28%

respectivamente), todos os demais rondam cerca de um quinto do total. O sector primário ocupa hoje pouco mais de 2% da população do Algarve, menos ainda que a média nacional, mas permanece importante na estrutura de emprego do Sotavento (para além de representar 6,3% do VAB da região), em particular em Olhão (em que emprega cerca de 9% dos activos) e em Tavira (cerca de 6%).

Comércio, construção, imobiliário e alojamento/restauração são, por esta ordem, as actividades com maior expressão no emprego no Sotavento Algarvio, com parcelas de respectivamente 25%, 21%, 14% e 14% do emprego em 2005. Estas proporções estão, sem excepção, acima das médias nacionais. Comparando com a média da NUTS III Algarve, estão também acima dos valores médios, excepto no caso do alojamento/restauração. Em termos de volume de negócios em 2005, estas posições relativas mantêm-se, com o comércio a ter cerca de 44% do volume de negócios das sociedades sediadas no Sotavento Algarvio, a construção com 20%, o imobiliário com 11% e a alojamento/restauração com 7%. Os volumes de comércio internacional declarado em 2006 totalizaram cerca de € 263 milhões, dos quais € 176 milhões corresponderam a importações e € 87 milhões a exportações. Os operadores económicos sediados em Faro, Loulé e Olhão estiveram envolvidos em 95% destes movimentos, em valor. O Sotavento é responsável por 73% do comércio internacional declarado no Algarve, mas menos de 1% do total nacional.

O emprego nestes municípios, com excepção de Faro, é criado numa grande percentagem por empresas com menos de 10 trabalhadores (um terço ou mais, quando a média nacional é de cerca de um quarto). Por outro lado, a percentagem de empregos criados por grandes empresas (mais de 250 trabalhadores), fica claramente aquém da média nacional em todos os municípios com excepção de Faro (um sétimo ou menos, quando a média nacional é de pouco menos de um quarto). Em Faro, pelo contrário, existe um melhor equilíbrio entre o emprego criado por grandes empresas (cerca de 29%) e por empresas com menos de 10 trabalhadores (cerca de 26%), situação mais semelhante às médias nacionais.

Os ordenados médios mensais no Sotavento eram em 2005 em média 22% a 25% inferiores à média nacional na maioria dos municípios, com excepção de Loulé (menos 8%) e de Faro, que se encontrava muito próximo da média. Em regra, os empregos no sector terciário são melhor remunerados que os demais, e em particular quando comparados com os do sector primário. Esta diferença, que a nível nacional é

em média de cerca de 54%, é menos acentuada no Algarve (21%), essencialmente em virtude de os empregos no sector terciário terem em média uma remuneração baixa quando comparada com a média nacional. De assinalar que o emprego no sector primário em Vila Real de Santo António, pelas suas características específicas, é um caso à parte, sendo consideravelmente melhor remunerado que no caso dos outros municípios (ordenados médios mensais de €366, face à média nacional de €631, este último valor próximo dos registados para os demais municípios do Sotavento).

Em 2005, a proporção de trabalhadores por conta de outrem com nível de habilitações inferior ao 9.º ano era ainda de 44% no Algarve (46% era a média nacional), registando-se valores ainda menos favoráveis ao nível municipal em todos os municípios do Sotavento com a excepção de Faro (37%). Os casos mais gravosos eram Olhão (51%), Tavira e Vila Real de Santo António (48% cada). Por outro lado, a proporção de trabalhadores com habilitações completas acima do nível básico era de 29% no Algarve (32% a nível nacional); sendo que em Faro totalizava 38% e nos demais municípios do Sotavento se ficava pelos 23-29%.

Os principais problemas detectados na comunidade piscatória do Sotavento Algarvio e que condicionam não só o exercício da actividade piscícola e aquícola mas sobretudo o seu desenvolvimento futuro são os seguintes:

- escassez de jovens com formação no sector da pesca, o que não permite a renovação das gerações no sector nem uma melhoria substancial das técnicas utilizadas e de inovação na actividade; o sector não consegue evidenciar factores de atractividade que conduzam as novas gerações a ingressar na profissão. Há por certo razões económicas que estão subjacentes a esta atitude mas também a imagem de sector ultrapassado e em declínio que as medidas tomadas pelos poderes públicos, designadamente no quadro da UE, têm vindo a reforçar. Não havendo jovens qualificados interessados no sector, naturalmente que se torna difícil evitar o envelhecimento e garantir a inovação e o reforço da competitividade;
- ausência de apoios financeiros às comunidades piscatórias nas paragens biológicas (defesos) com carácter repetitivo: face à crescente necessidade de paragem de actividade para reposição de stocks com vista a garantir a

sustentabilidade dos ecossistemas e do próprio sector seria necessário implementar mecanismos que apoiassem o sector quando os profissionais da pesca estão impedidos de exercer a sua profissão, a exemplo do que acontece ou aconteceu noutros sectores (por exemplo, pousio na agricultura). Dado que as paragens têm a ver com a sustentabilidade ambiental que beneficia toda a comunidade mas que tem incidências especialmente gravosas no sector pesqueiro, haveria que criar suporte financeiro público para minorar os seus efeitos negativos num sector já a braços com significativas dificuldades;

- débeis estruturas organizativas do sector: para além da defesa organizada dos interesses do sector e dos seus profissionais, é indispensável que, a exemplo de outras actividades, os produtores constituam organizações fortes que possam liderar um processo de renovação/regeneração do sector e controlar os pontos e processos críticos de geração de riqueza. Áreas como a formação e a actualização técnica ou os circuitos de comercialização têm sido descuradas neste contexto, não havendo, por exemplo, por parte das organizações do sector capacidade para intervirem de forma decisiva na formação do preço final ou na retenção de uma fatia significativa desse mesmo preço.

## 5. Estratégia de Desenvolvimento

### 5.1. Quadro de referência

A estratégia de desenvolvimento a implementar nas zonas costeiras do Sotavento Algarvio não pode deixar de ter em conta o quadro de referência definido para o Algarve para o período 2007-13. Na realidade, não é razoável considerar uma estratégia própria para um conjunto de freguesias litorais, antes devendo ser tida em conta a sua especificidade dentro de uma estratégia mais abrangente, tanto em termos territoriais como temáticos, que envolva a globalidade da Região.

Por outro lado, os montantes que previsivelmente serão disponibilizados pelo PROMAR dificilmente permitiriam o lançamento de uma estratégia própria com instrumentos que a pudessem corporizar. O desafio que se coloca nesta matéria às zonas litorais do Sotavento Algarvio dependentes da pesca é, pois, sobretudo de definir prioridades de actuação e de aplicação dos fundos comunitários postos à sua disposição, por forma a atingir os objectivos de reconversão e de desenvolvimento sustentável, no quadro de uma estratégia já definida para a Região.

É sabido que o desenvolvimento do Algarve nos próximos anos será sobretudo enquadrado por dois documentos fundamentais:

- por um lado, o Programa Regional de Ordenamento do Território do Algarve;
- por outro, pela Estratégia de Desenvolvimento Regional elaborada para o período 2007-13 e que determinará a utilização dos Fundos Estruturais e de Coesão no Algarve.

O PROT apresenta os seguintes objectivos estratégicos:

- Ampliar, diversificar e qualificar o Cluster Turismo/Lazer;
- Qualificar a economia, promover actividades intensivas em conhecimento;
- Promover um modelo territorial equilibrado e competitivo;

- Consolidar um sistema ambiental sustentável e durável.

A concretização de tais objectivos estratégicos deverá ser obtido através da implementação de um conjunto alargado de políticas estratégicas no território algarvio, a saber:

- Diversificação e qualificação do turismo: preservar a imagem internacional, ganhar a aposta do golfe, complementar a praia com um sector relevante de "indústrias de ócio", desenvolver serviços para o turismo sénior, fazer do Algarve uma região de eventos internacionais, controlar e qualificar as camas paralelas, afirmar um segmento específico de turismo dirigido às áreas do interior;
- Estruturação do sistema urbano: assegurar escala urbana através do reforço de aglomerações policêntricas, o que exige novos patamares de cooperação intermunicipal nos quais a Junta Metropolitana do Algarve deverá desempenhar um papel decisivo; qualificar as funções urbanas, essenciais a uma estratégia de competitividade e inovação, onde o que conta não é apenas a qualidade dos elementos naturais (clima) mas a qualidade e diversidade dos serviços oferecidos; e ganhar eficiência na disponibilização de infra-estruturas e equipamentos;
- Conservação da natureza e da biodiversidade, assegurando a articulação recíproca com as actividades socio-económicas, em particular pelo controlo do imobiliário e pela articulação da conservação da natureza com as políticas de desenvolvimento rural;
- Qualificação dos recursos humanos através das diversas modalidades de formação e de aprendizagem, incluindo os esquemas de formação de activos e ao longo da vida;
- Inserção competitiva do Algarve no contexto europeu, reforçando o Algarve como espaço de localização atractiva de actividades e funções de âmbito supra-nacional e de realização de eventos de projecção internacional;
- Protecção, salvaguarda e fruição do património cultural, arquitectónico e arqueológico, e a sua valorização como factor de desenvolvimento;

- Desenvolvimento de uma base relevante de actividades culturais e surgimento de um segmento significativo de "indústrias culturais";
- Fazer surgir novos actores institucionais, com destaque para a Universidade, capazes de liderarem um processo de transformações estruturais, em particular da concretização de projectos estruturantes como o de um Parque de Novas Actividades assentes no conhecimento, na arte e na tecnologia;
- Reestruturação dos modelos organizativos do tecido empresarial, com a consolidação de uma estrutura de coordenação empresarial regional do Algarve, de forma a afirmar as oportunidades diversificadas do Algarve no contexto das políticas nacionais de modernização da economia;
- Atracção de novo potencial empresarial, nomeadamente de profissionais liberais globalizados que explorem as novas tecnologias para fazer do Algarve a base principal das suas actividades;
- Desenvolvimento de um nicho de serviços intensivos em conhecimento, para 'exportação', e de um segmento de indústrias avançadas, de base tecnológica e inovadoras;
- Recuperação do papel "exportador" da agricultura, pescas e aquicultura, e das indústrias transformadoras a jusante, e integração destes sectores na cadeia de fornecimentos à procura turística;
- Inovar nas indústrias tradicionais e reforçar os efeitos de arrastamento destas indústrias pelo mercado dos serviços e pelo mercado imobiliário da região;
- Gerir as necessárias transformações no sector imobiliário de modo a prevenir eventual crise e a reorientar a construção civil para o esforço global de requalificação do espaço, sobretudo do espaço urbano;
- Ordenamento da logística e qualificação as áreas de localização empresarial;
- Assegurar a qualidade da água e o aproveitamento sustentável dos recursos hídricos da região;



- Elaboração de um modelo específico de desenvolvimento para a Serra e concretizar empreendimentos âncora para a sua viabilização.

Por seu lado, a estratégia de desenvolvimento regional do Algarve, que dará suporte à aplicação das políticas públicas na área económica e social e, em particular, dos fundos estruturais e de coesão na Região parte de um objectivo central que deverá mobilizar os seus agentes económicos e sociais nos próximos anos:

**Afirmar o Algarve como uma região dinâmica, competitiva e solidária no contexto da sociedade do conhecimento**

A concretização de uma estratégia de desenvolvimento que permita avançar decididamente na direcção consensualizada na Região conduziu assim à definição dos seguintes quatro objectivos específicos:

- Qualificar, inovar e robustecer a economia;
- Desenvolver competências para a competitividade da Região;
- Promover um modelo territorial equilibrado e competitivo;
- Consolidar um sistema ambiental sustentável e durável.

Estes quatro grandes objectivos específicos deverão enquadrar não só a aplicação dos recursos do FEDER e do Fundo Social Europeu mas igualmente os do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), através do PRODER, e do Fundo Europeu das Pescas (FEP), através do PROMAR.

Especificamente no que respeita ao Programa Operacional Regional do Algarve, que inclui a totalidade dos recursos comunitários provenientes do FEDER e do FSE, os eixos estratégicos considerados para a sua intervenção foram:

- Empreendedorismo, inovação e competitividade empresarial;
- Protecção e qualificação ambiental;

- Valorização territorial e política de cidades.

A estratégia específica de desenvolvimento das acções financiadas pelo PROMAR na Região têm pois como quadro de referência estes documentos, estes objectivos e estas prioridades, salientando-se o facto de o Programa Operacional Regional do Algarve – Algarve 21 – ter uma forte actuação nas áreas costeiras abrangidas pelo Plano de Desenvolvimento Costeiro e, por conseguinte, a articulação ente os dois instrumentos de desenvolvimento é indispensável.

## 5.2. Prioridades

O Plano de Desenvolvimento Costeiro deve reflectir um conjunto de potencialidades e procurar mobilizar os actores locais para iniciativas que explorem de forma articulada os vários recursos aquáticos vivos e claro apoio à aquacultura no território abrangido. Este aproveitamento deve ter presente as novas tendências e perfis de procura, que começam a privilegiar os produtos provenientes da pesca resultantes de métodos artesanais, que garantem qualidades inigualáveis, uma das características diferenciadoras destes segmentos de mercado.

As zonas costeiras assumem, cada vez mais, uma importância estratégica em termos ambientais, económicos, sociais, culturais e recreativos para qualquer região. Esta situação é particularmente evidente no caso nacional, atendendo à extensa linha de costa e à concentração na faixa litoral de uma parte significativa da população e das actividades económicas, nomeadamente das que estão relacionadas com o lazer e o turismo.

Todos os municípios pertencentes ao Grupo de Acção Costeira, por estarem inseridos num dos principais destinos turísticos nacionais, o Algarve, e em particular a Ria Formosa, onde se pode encontrar uma enorme riqueza marinha, suporte de significativa actividade económica, constituindo-se como um espaço natural único de elevada vulnerabilidade devido às suas características lagunares, regista enormes fragilidades e constitui um dos troços da linha de costa nacional em que a necessidade de compatibilizar diferentes expectativas e potencialidades assume maior relevância.

Acresce que as intervenções nas zonas costeiras deverão prosseguir objectivos concretos de modernidade e inovação, no respeito pela sua sustentabilidade. Estas deverão integrar conceitos geradores de valor que, por exemplaridade, induzam o nascimento de iniciativas crescentes que contribuam para o desenvolvimento sustentável das zonas de pesca.

Para enquadramento desta temática, foi elaborado o Plano de Requalificação e Valorização da Ria Formosa (Polis), que tem como principais eixos:

- Eixo 1: Preservar o Património Natural e Paisagístico;
- Eixo 2: Qualificar a Interface Ribeirinha;
- Eixo 3: Valorizar os Recursos como Factor de Competitividade.

O Sotavento Algarvio é uma região com problemas de variada ordem, anteriormente apresentados. O desenvolvimento sustentado do tecido económico passará necessariamente, entre outras coisas, pela transformação das actividades ligadas ao mar, nomeadamente através da dinamização do empreendedorismo nas populações dependentes da pesca, bem como da valorização do património arquitectónico, cultural e ambiental da região. No entanto, as populações hoje dependentes da pesca têm muitas vezes níveis de rendimento e de educação baixos, constituindo um entrave à mudança necessária.

As actividades relacionadas com o turismo são hoje e no futuro previsível uma parte muito importante do tecido económico do Algarve. O relacionamento do turismo com as actividades ligadas à pesca afigura-se assim uma potencial sinergia a explorar na região. Considera-se que o desenvolvimento da pesca turística na região, ainda incipiente de momento, poderia contribuir significativamente para a melhoria dos níveis de vida das populações que hoje dependem da pesca.

O comércio do pescado necessita de alterações que vão no sentido do maior envolvimento dos pescadores. É pois necessário modernizar e reorganizar as actividades ligadas ao comércio do pescado. Também os serviços ligados à actividade piscatória necessitam de aumentar a sua competitividade. A criação de sistema de incentivos a pequenas iniciativas empresariais seria importante para a modernização das actividades da pesca e aquicultura, pela dinamização de novos negócios.

O património arquitectónico relacionado com as actividades piscatórias é vasto na região, no entanto encontra-se em muitos casos degradado. A falta de recursos financeiros tem perpetuado esta situação, no entanto seria importante a recuperação deste património e sua adaptação a novos usos, trazendo hoje proveito às comunidades dependentes da pesca.

O ecossistema da Ria Formosa e toda a zona de confluência tem uma elevada valia ambiental com elevados efeitos potenciadores sobre as actividades económicas regionais. É, no entanto, um ecossistema frágil e que careceu recentemente de investimentos visando a sua reabilitação e preservação. É importante criar mecanismos de resposta a situações de ameaça a este património.

Finalmente, a formação profissional é uma aposta essencial para o desenvolvimento do tecido económico regional. O nível médio de escolaridade e formação da população activa nas pescas são baixos, as suas competências pouco valorizadas. A capacidade de gestão dos pequenos empresários no sector é limitada. É necessária formação específica, e complementar aos sistemas de incentivos que venham a ser criados, para a aquisição de competências conducentes à modernização das pescas ou à reconversão dos activos para outras actividades.

São assim propostas as seguintes tipologias de acções no âmbito das áreas de intervenção acima designadas:

- **Actividade turística:** criação de sistema de incentivos a pequenas iniciativas empresariais (criação, desenvolvimento, modernização) que facilite a reconversão e/ou a pluriactividade dos pescadores e suas famílias ou novos empreendedorismos que acrescentem valor à actividade da pesca e aquicultura;
- **Comércio:** criação de sistema de incentivos a pequenas iniciativas empresariais (criação, desenvolvimento, modernização) que facilite a reconversão e/ou a pluriactividade dos pescadores e suas famílias ou novos negócios que acrescentem valor à actividade da pesca e aquicultura;
- **Serviços:** criação de sistema de incentivos a pequenas iniciativas empresariais (criação, desenvolvimento, modernização) que facilite a reconversão e/ou a pluriactividade dos pescadores e suas famílias ou novos empreendedorismos que acrescentem valor à actividade da pesca e aquicultura;

- **Ambiente:** criação de um fundo de apoio a acidentes e situações de catástrofe natural ou ambiental susceptíveis de criar prejuízos patrimoniais graves ou de por em risco de forma durável a actividade das pescas ou aquicultura;
- **Formação profissional:** formação de profissionais da pesca ou suas famílias para facilitar a reconversão para outras actividades, designadamente em complemento do sistema de incentivos: aquisição de competências profissionais ou de gestão, formação ambiental, etc;
- **Património Arquitectónico:** recuperação e adaptação de edifícios com valor simbólico ou social para a comunidade piscatória a novos usos ligados à cultura, à investigação ou à inovação;
- **Serviços Sociais de Proximidade:** recuperação e/ou ampliação de edifícios com valor simbólico ou social para a comunidade piscatória para utilização de serviços sociais de proximidade (creches, lares, etc).

### 5.3. Instrumentos

A implementação da estratégia de desenvolvimento e do conjunto de actuações acima delineados deverá passar pela criação e aplicação dos seguintes instrumentos de política:

- sistema de incentivos a pequenas iniciativas empresariais;
- fundo de apoio a catástrofes naturais;
- apoio a acções de formação profissional;
- apoio à recuperação e adaptação de edifícios a novas funcionalidades.

### 5.3.1. Sistema de incentivos a pequenas iniciativas empresariais

Em relação ao sistema de incentivos a pequenas iniciativas empresariais, o seu objectivo é apoiar a criação ou expansão de empresas capazes de incrementar o rendimento familiar dos agregados que dependem da actividade piscatória. Este aumento do rendimento tanto poderá ser obtido via reconversão de activos da pesca para actividades alternativas (com abandono profissional do sector) como através da pluriactividade – esta tanto poderá dizer respeito a negócios complementares à actividade de pesca como a outras actividades que possam gerar rendimentos adicionais para as famílias.

Para além deste objectivo essencial, pensa-se que fará sentido apoiar igualmente novas actividades que, embora não sejam levadas a cabo por pescadores e suas famílias, possam valorizar os produtos da pesca e por essa via, beneficiarem a comunidade piscatória envolvente. Naturalmente que neste caso haverá que garantir que pelo menos ao nível dos trabalhadores a empregar, uma parte seja proveniente daquele sector de actividade.

Não parece razoável restringir o acesso ao sistema de incentivos apenas a pescadores; a criação de empresas por parte de outros elementos do agregado familiar também faz sentido, visto que conduz ao mesmo resultado.

Os sectores a cobrir pelo sistema de incentivos não deverão ter restrições especiais, desde que se trate de actividades económicas que tragam mais-valia para a comunidade onde se inserem, ou sejam, dêem um contributo social para essa comunidade.

As empresas a criar, a modernizar ou a expandir deverão pertencer maioritariamente a pescadores e seus agregados familiares; no caso de actividades complementares da pesca, se aquela condição não for satisfeita, o emprego a criar pelos novos empreendimentos deverá abranger em pelo menos 40% trabalhadores oriundos de agregados familiares ligados à actividade pesqueira.

Os promotores de projectos que se podem candidatar devem ter uma das seguintes formas:

- empresário em nome individual;

- sociedade comercial;
- associações sem fins lucrativos.

O instrumento de apoio destina-se a apoiar todo o tipo de actividades com rentabilidade demonstrada e interesse social para a comunidade, que vise responder a necessidades das populações locais ou do sector turístico, a saber:

- pescas;
- artesanato;
- indústria transformadora;
- turismo e serviços a ele ligados;
- comércio por grosso e a retalho;
- serviços de apoio às empresas;
- serviços sociais de proximidade.

Os projectos de investimento de pequena e média dimensão para poderem ser considerados elegíveis devem visar criar novos negócios ou expandir ou modernizar negócios já existentes, quer isso comporte ou não constituição de uma empresa.

Inclui-se nas despesas elegíveis do projecto de investimento:

- estudos necessários à criação e desenvolvimento da actividade (estudos de viabilidade e de mercado, projectos de obras, etc);
- custos ligados à criação da empresa;
- obras de adaptação de espaços para permitir desenvolver a actividade;
- máquinas e equipamentos;
- mobiliário necessário à actividade;
- material e equipamento informático;

- despesas de preparação da candidatura;
- apoio técnico nas áreas de gestão, contabilidade, jurídica, informática durante o primeiro ano de funcionamento do projecto (contratação de serviços externos).

O custo total do investimento a realizar deve ser, no mínimo, de 5.000 euros. Os incentivos a conceder deverão assumir a forma de subsídio não reembolsável sujeito a dois limites máximos:

- uma percentagem máxima de 60% das despesas elegíveis;
- um montante máximo absoluto de 30.000 euros.

É razoável considerar um sistema de concurso com três fases de candidatura anuais para a mobilização dos recursos previstos no Plano de Desenvolvimento Costeiro para este efeito.

### 5.3.2. Fundo de apoio a catástrofes naturais

A criação de um Fundo financiado pelo FEP para subsidiar a recuperação da fauna aquícola ou piscícola decorrente de catástrofes naturais ou acidentes, eventualmente causados por agentes económicos não identificados, designadamente no ecossistema muito sensível da Ria Formosa, é outro dos instrumentos identificados na candidatura ao PROMAR.

Trata-se de apoiar até 60% a fundo perdido (subsídio não reembolsável) os custos decorrentes da reposição dos stocks de pesca ou dos instrumentos de pesca (por exemplo, em off-shore) que forem significativamente destruídos por acidentes ou catástrofes.

A principal justificação para esta medida reside sobretudo na dificuldade que tem existido em mobilizar o sector segurador nacional para este tipo de riscos. Os potenciais beneficiários são entidades privadas, individuais ou colectivas, que desenvolvem actividade como produtores na área da piscicultura ou aquicultura.



O sistema de candidaturas não deverá, em nosso entender, partir de um modelo estático visto que visa atender a situações excepcionais e imprevisíveis. A apresentação de candidaturas e a selecção de projectos a apoiar deverá ser feita numa base ad hoc, sempre que sejam detectados acidentes ou catástrofes com consequências negativas significativas na produção das zonas costeiras abrangidas pelo Plano de Desenvolvimento Costeiro.

Dado que as consequências negativas destas situações são normalmente muito onerosas, houve que reservar uma parte significativa do Programa para este tipo de apoios. Não é no entanto de excluir que no decurso da sua vigência venha a proceder-se a uma transferência de parte ou da totalidade dessas verbas para outras áreas de actuação, caso não se venham a registar situações que justifiquem a intervenção do Fundo.

### 5.3.3. Apoio a acções de formação profissional

Uma estratégia de desenvolvimento que envolva o conjunto das comunidades piscatórias e que vise a reconversão dos activos ou a sua capacitação para complementar a sua actividade principal com outras que possam gerar rendimentos adicionais, não pode ser alheia à formação profissional. Para além disso, o facto de entre as medidas previstas estar incluído o apoio à criação de empresas numa diversidade de sectores potenciais impõe necessariamente um apoio específico a acções de formação quer para empregados quer para actuais ou futuros gestores de negócios ou empresas.

Assim sendo, está prevista designadamente a formação de profissionais da pesca ou suas famílias para facilitar a reconversão para outras actividades, designadamente em complemento do sistema de incentivos: aquisição de competências profissionais ou de gestão, formação ambiental, etc.

Os apoios concedidos no âmbito da formação profissional e que visam responder às necessidades de formação da população e da economia local, nomeadamente do sector do turismo, dirigem-se aos seguintes beneficiários:

- Entidades de direito público ou privado com e sem fins lucrativos: neste caso, a candidatura é apresentada pela entidade promotora/beneficiária e os seus objectivos devem dirigir-se para o desenvolvimento local;
- Pessoas singulares: as pessoas singulares podem ser beneficiárias recorrendo a formação através das seguintes vias:
  - Formação financiada promovida por entidades formadoras acreditadas, dirigida para formandos externos (público em geral – destinatários da formação);
  - Formação realizada por entidades formadoras para o público em geral e cujo financiamento é atribuído à candidatura apresentada pelo próprio formando (beneficiário directo);
  - Formação solicitada por entidades empregadoras para formandos externos (destinatários da formação que não façam parte do quadro de pessoal da empresa). Neste caso as entidades empregadoras deverão assegurar a empregabilidade de, pelo menos, 90% dos formandos. Nas situações em que não se cumpra este requisito, as entidades promotoras terão de apresentar, em fase de análise final de projecto, a justificação da não integração dos ex-formandos, podendo vir ter uma redução do incentivo indexado à percentagem de formandos não integrados em actividade laboral relacionado com volume de formação relativo a esses formandos.

Os apoios a conceder poderão atingir os 100% do custo da formação no caso de pessoas singulares que visam adquirir as suas próprias competências profissionais. Se os beneficiários forem entidades colectivas haverá um mínimo de 10% do custo a suportar por estas entidades.

Poderá haver um sistema de acesso misto para a formação profissional:

- um sistema *ad hoc* para acções de formação directamente ligadas a projectos apoiados pelo sistema de incentivos à criação, modernização e expansão de empresas;
- um sistema de concursos anuais para todos os restantes casos.

Na selecção dos beneficiários deverá haver uma discriminação positiva em favor das mulheres.

#### 5.3.4. Apoio à recuperação e adaptação de edifícios a novas funcionalidades

A recuperação do património histórico e cultural, de âmbito local, ligado à memória das comunidades piscatórias é outra das áreas de actuação previstas no Programa. A ideia é, pois, de renovar a adaptar edifícios a outras finalidades, sobretudo ligadas a funções sociais.

Em particular, será apoiada a recuperação e/ou ampliação de edifícios com valor simbólico ou social para a comunidade piscatória para utilização de serviços sociais de proximidade (creches, lares, etc).

Os beneficiários das acções previstas terão de ser entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos.

A taxa de apoio máxima é de 75% das despesas elegíveis e o apoio a conceder assume a forma de subsídio não reembolsável.

O sistema de acesso, face à exiguidade de fundos, deverá ser limitado a apenas dois concursos durante o período de vigência do Programa, propondo-se que o apoio máximo absoluto a conceder não ultrapasse os 500.000 euros por projecto.

### 5.4. Objectivos a atingir

Os montantes previsivelmente disponíveis para apoiar o desenvolvimento das zonas costeiras do Sotavento Algarvio deverão permitir atingir um conjunto de objectivos quantificados, face à tipologia de acções e medidas previstas e à respectiva repartição financeira.

**Tabela 41 - Objectivos, indicadores e metas a alcançar pela estratégia**

Objectivo	Indicador	Meta 2013
Promover pluriactividade e reconversão de actividades	nº novos pescadores com pluriactividade	60
Promover pluriactividade e reconversão de actividades	nº novos pescadores reconvertidos para outras profissões	20
Empreendedorismo empresarial	Nº de projectos apoiados	70
Empreendedorismo empresarial	Nº de empregos criados	120
Empreendedorismo empresarial	Nº de empresas criadas	50
Valorizar património arquitectónico	Nº de recuperações e adaptações de edifícios	4
Empreendedorismo empresarial	Nº formandos nas acções de formação	60
Riscos ambientais	Nº de intervenções em virtude de acidente ou catástrofe	12

Os objectivos a alcançar até final de 2013, e as metas quantificadas a estes associadas, são os designados na Tabela 41. Estes contribuem para os objectivos específicos do Eixo 4 do PROMAR, já que, de acordo com o artigo 43º do Regulamento (CE) nº 1198/2006 do Conselho, são objectivos do Eixo 4 (Desenvolvimento sustentável das zonas de pesca):

- (i) manter a prosperidade económica e social dessas zonas e valorizar os produtos da pesca e da aquicultura;
- (ii) manter o emprego nas zonas de pesca, através do apoio à diversificação ou à reestruturação económica e social das zonas confrontadas com dificuldades socioeconómicas devido à evolução do sector das pescas;
- (iii) promover a qualidade do ambiente costeiro;
- (iv) promover a cooperação nacional e transnacional entre zonas de pesca.

As medidas propostas no presente programa de intervenção visam dar resposta a estes vários objectivos, com especial incidência na diversificação económica e na criação de emprego, aspecto primordial da estratégia delineada. É importante referir igualmente que as novas empresas e empregos a criar deverão preferencialmente acrescentar valor ao sector da pesca, valorizando os seus produtos e melhorando, assim, o nível de vida das populações deles dependentes ou simplesmente complementando os rendimentos decorrentes da actividade piscatória - é assim dada cabal resposta ao primeiro objectivo do artigo 43.º. Por seu lado, a recuperação e adaptação da memória histórica e arquitectónica da pesca para fins colectivos não pretende apenas valorizar o património identitário dessas comunidades, visando antes e sobretudo criar condições para a valorização social, a igualdade de oportunidades e a empregabilidade efectiva.

No que respeita ao ambiente costeiro, estão previstas acções de sensibilização e de formação nesse domínio mas sobretudo tentar-se-á neste programa remediar os acidentes e catástrofes naturais (mas também não naturais com forte incidência negativa nos ecossistemas da Ria e das zonas adjacentes) que possam prejudicar seriamente a actividade piscatória ou aquícola. Finalmente, valoriza-se o intercâmbio de experiências com outras comunidades piscatórias, designadamente estrangeiras no quadro da União Europeia, de forma a assegurar a transferência de saber fazer em áreas de reconversão ou complementares da actividade piscatória (com prioridade ao turismo-pesca, actividade com amplo potencial e fraco desenvolvimento no Sotavento).

Em conclusão e avaliando o contributo dos três objectivos específicos do programa para os quatro objectivos fixados no artigo 43.º do Regulamento do FEP, pode-se evidenciar a importância do fomento do empreendedorismo e da recuperação do património para fins sociais para o primeiro e segundo objectivos do artigo 43.º, a ligação da consciencialização e compensação de acidentes e catástrofes naturais ao terceiro, e a tomada em consideração do quarto (cooperação nacional e transnacional) como elemento transversal a toda a estratégia delineada: a troca de experiências e transferência de saber fazer é assumida como um factor do sucesso de várias iniciativas a tomar, ainda que nesta fase só fique desde já identificada a cooperação em matéria de turismo-pesca.

## 6. Plano Financeiro

É seguidamente apresentado o plano financeiro global preconizado (Tabela 42), a programação financeira anual (Tabela 43) e a programação financeira anual por rubrica da assistência técnica do Grupo (Tabela 44). Todos os valores estão em Euros.

**Tabela 42 - Plano financeiro global**

Acções do PROMAR	Investimento Elegível	Despesa Pública				Despesa Privada	
		TOTAL	%	FEP	Nacional	TOTAL	%
1	€ 3.570.000	€ 2.142.000	60,0	€ 1.500.000	€ 642.000	€ 1.428.000	40,0
2	€ 2.640.000	€ 1.600.000	60,6	€ 1.200.000	€ 400.000	€ 1.040.000	39,4
3	€ 2.184.000	€ 2.184.000	100,0	€ 1.638.000	€ 546.000	-	-
4	€ 467.352	€ 467.352	100,0	€ 350.514	€ 116.838	-	-
<b>Total</b>	<b>€ 8.861.352</b>	<b>€ 6.393.352</b>	<b>72,1</b>	<b>€ 4.688.514</b>	<b>€ 1.704.838</b>	<b>€ 2.468.000</b>	<b>27,8</b>

O montante global de investimento previsto no Plano de Desenvolvimento Costeiro é de quase 8,9 milhões de euros, com um financiamento do Fundo Europeu de Pescas que deverá atingir quase 4,7 milhões de euros (52,9% do total). A contrapartida interna distribui-se entre a componente pública (19,2%) e privada (27,8%).

A taxa média de co-financiamento da despesa pública pelo FEP é de 73,3%.

**Tabela 43 – Programação financeira anual**

Ano	Investimento Elegível	Despesa Pública				Despesa Privada	%
		FEP	%	Nacional	%		
2009	€ 991.352	€ 524.524	52,9	€ 190.726	19,2	€ 276.102	27,9
2010	€ 1.697.500	€ 898.141	52,9	€ 326.582	19,2	€ 472.777	27,9
2011	€ 1.927.500	€ 1.019.831	52,9	€ 370.832	19,2	€ 536.837	27,9
2012	€ 1.977.500	€ 1.046.286	52,9	€ 380.451	19,2	€ 550.763	27,9
2013	€ 2.267.500	€ 1.199.732	52,9	€ 436.247	19,2	€ 631.521	27,9
<b>Total</b>	<b>€ 8.861.352</b>	<b>€ 4.688.514</b>	<b>52,9</b>	<b>€ 1.704.838</b>	<b>19,2</b>	<b>€ 2.468.000</b>	<b>27,9</b>

**Tabela 44 – Programação financeira anual por rubrica da assistência técnica do Grupo**

Rubrica	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Compra ou alocação de equip. administrativo	€ 8.000	€ 500	€ 200	€ 200	€ 100	€ 9.000
Equipamentos de som e imagem	€ 8.000	€ 740	€ 740	€ 740	€ 0	€ 10.220
Aluguer de viaturas ligeiras	€ 0	€ 500	€ 500	€ 500	€ 500	€ 2.000
Aquisição de consumíveis	€ 2.000	€ 1.000	€ 1.000	€ 1.000	€ 1.000	€ 6.000
Publicidade	€ 10.000	€ 7.000	€ 7.000	€ 7.000	€ 7.000	€ 38.000
Constituição de garantias	€ 500	€ 1.500	€ 1.500	€ 1.000	€ 500	€ 5.000
Despesas com pessoal	€ 33.728	€ 67.456	€ 67.456	€ 67.456	€ 67.456	€ 303.550
Formação	€ 4.000	€ 0	€ 0	€ 0	€ 0	€ 4.000
Aquisição de serviços	€ 9.582	€ 20.000	€ 20.000	€ 20.000	€ 20.000	€ 89.582
<b>Total</b>	<b>€ 75.810</b>	<b>€ 98.696</b>	<b>€ 98.396</b>	<b>€ 97.896</b>	<b>€ 96.556</b>	<b>€ 467.352</b>

## 7. Dispositivos de execução das estratégias

### 7.1. Actividades de Divulgação e de Acompanhamento da Estratégia

O programa de intervenção proposto para a zona costeira do Sotavento Algarvio bem como as acções que o compõem serão naturalmente objecto de um plano de divulgação que incluirá vários meios de difusão de informação, com vista a atingir toda a comunidade piscatória dos vários municípios abrangidos. Embora as associações representativas façam já parte do Grupo de Acção Costeira (GAC) - o que garante uma actuação pró-activa junto dos associados e, por conseguinte, uma cobertura desde logo muito significativa do grupo-alvo - considera-se que deverá ser implementado um conjunto integrado de acções de informação junto dos pescadores e suas famílias que permitam divulgar ampla e atempadamente as iniciativas e esclarecer directamente dúvidas que os diversos mecanismos de apoio possam suscitar junto dos potenciais beneficiários.

Os meios a privilegiar passam pela criação de uma página web para divulgação permanente do programa, das suas iniciativas e das aberturas de concursos para apoio a projectos públicos e privados, pela organização de seminários e colóquios de informação e esclarecimento a potenciais beneficiários, pela edição de folhetos e brochuras gerais e especializadas para as diversas áreas de intervenção e, finalmente, pela publicação de um boletim informativo periódico a distribuir não só pela comunidade piscatória mas igualmente pela população em geral dos municípios abrangidos.

Estas diversas acções serão devidamente articuladas entre si e calendarizadas de acordo com o plano de lançamento das diversas áreas do programa, designadamente avisos de concurso. Naturalmente que haverá uma incidência forte das acções de divulgação em 2009 e 2010, correspondentes ao lançamento do programa, explicação



dos seus objectivos, explicitação das actuações previstas e seus beneficiários, apoios financeiros, mas o plano de divulgação terá a duração do programa - prosseguirá até 2013 - visto que anualmente haverá concursos para apoio a projectos. As acções de divulgação e informação constituirão igualmente uma ferramenta de gestão do próprio programa visto que serão um meio de suscitar novas procuras no caso de alguma área de intervenção estar a ter uma receptividade abaixo do previsto.

## 7.2. Áreas de Formação Previstas para os Elementos dos Órgãos de Gestão e do Secretariado Técnico

Com vista a assegurar as suas funções com a necessária qualidade técnica e eficácia, os recursos humanos a afectar ao secretariado do Grupo de Acção Costeira serão objecto de acções de formação, em conformidade com as tarefas a desempenhar por cada um e de acordo com as respectivas necessidades formativas.

Estão previstas as seguintes áreas de formação para esse fim (a detalhar face às situações concretas):

- Formação relativa aos regulamentos e procedimentos nacionais e da União Europeia aplicáveis ao programa (designadamente o FEP);
- Formação em metodologia de avaliação de projectos;
- Formação em gestão de projectos;
- Formação em matéria de contabilidade da Administração Local (POCAL);
- Formação em legislação específica nos domínios da pesca e do turismo;
- Formação sobre trabalho em parceria;
- Formação sobre licenciamento de investimentos, tanto de natureza pública como na área produtiva privada.

A duração e conteúdo das várias acções acima tipificadas será a indispensável para permitir um adequado funcionamento do GAC e para garantir a credibilidade técnica

do seu funcionamento e capacidade de gestão do programa, no rigoroso cumprimento das regras aplicáveis.

### 7.3. Dispositivos Técnico-administrativos para o Acompanhamento dos Projectos

Inicialmente a Câmara Municipal de Olhão disponibilizará um gabinete para o funcionamento do GAC. Após a constituição do secretariado técnico alugar-se-ão instalações para atendimento ao público, gabinetes técnicos e sala de reuniões.

Os projectos que vierem a ser objecto de apoio por parte do Programa serão acompanhados pelo Grupo de Acção Costeira, através do seu secretariado técnico, no que diz respeito à execução física e financeira. Cada projecto será no decurso da sua execução visitado pelo menos uma vez pela estrutura técnica do GAC (ou por entidade subcontratada para o efeito) de forma a identificar eventuais problemas e ajudar a encontrar soluções para os mesmos (formação profissional, questões ligadas ao financiamento, etc). Para além disso, este acompanhamento permitirá um contacto directo com a realidade do projecto e permite ao GAC antecipar problemas e, se for caso disso, tomar medidas atempadas no quadro da gestão do programa.

Com a conclusão do projecto, deverá o beneficiário elaborar e submeter juntamente com o último pedido de pagamento um relatório de execução físico e financeiro que resumirá o progresso do projecto, os problemas encontrados e as soluções adoptadas, bem como os principais resultados atingidos.

É objectivo do GAC não limitar o acompanhamento à fase de execução do projecto: com vista a manter informação actualizada sobre os projectos apoiados e sobre a sua taxa de sucesso (aferida pelo facto de a sua vida útil atingir pelo menos 3 anos), o GAC propõe-se, directa ou indirectamente através dos parceiros que o compõem, prolongar o modelo de acompanhamento até três anos após a execução de cada projecto.

## 7.4. Metodologia de Recepção das Candidaturas e Prazos de Análise

O sistema de admissão de candidaturas variará conforme os tipos de projectos e será organizado em função dos quatro tipos de acções do PROMAR. Assim, as acções previstas relativas ao reforço da competitividade das zonas de pesca (alínea a) do art.º 2.º do Regulamento anexo à Portaria nº 828-A/2008) beneficiarão de uma apresentação contínua ao longo de todo o período de execução do programa, o mesmo acontecendo com as acções mencionadas na alínea d) do mesmo artigo; já no que respeita à alínea b) (sistema de incentivos) haverá três fases de candidatura anuais (Fevereiro, Junho e Outubro) enquanto que no caso da alínea c) se prevê apenas abrir dois concursos ao longo do período de programação - um em 2010 e outro em 2011.

As candidaturas deverão ser submetidas ao Grupo de Acção Costeira, o qual previsivelmente irá ficar localizado em Olhão, em instalações cedidas pelo Município.

As candidaturas serão analisadas e instruídas pelo Secretariado Técnico do GAC, através do seu staff técnico ou, sempre que isso se justifique, com recurso a serviços externos. Dada a diversidade de projectos que poderão ser candidatos, alguns com dimensão financeira e complexidade técnica já significativa, é com efeito provável que se venha a recorrer a serviços especializados para garantir uma análise técnica adequada e uma priorização das candidaturas elegíveis face às dotações existentes.

Estipula-se 90 dias como o prazo máximo para a avaliação das candidaturas estar concluída por parte do GAC e, portanto, para que a proposta de aprovações seja remetida ao Gestor do PROMAR. Face à experiência com outros sistemas de incentivos que vigoraram em Portugal para pequenos projectos ou para a análise de candidaturas públicas, considera-se ser este um prazo razoável.

Caso exista excesso de candidaturas elegíveis e em condições de serem aprovadas face às dotações disponíveis, as propostas a remeter ao PROMAR incluirão uma lista hierarquizada de propostas de aprovação com base em critérios técnicos a definir em regulamento, de forma a permitir um julgamento técnico por parte do Gestor. Naturalmente que para cada projecto que faça parte das listas será elaborado um

parecer técnico, o qual será igualmente remetido ao PROMAR. A listagem dos projectos não elegíveis será também enviada.

O GAC fará naturalmente apelo às novas tecnologias de informação e comunicação para assegurar um fluxo de informação permanente entre os seus membros e assim assegurar uma atitude pró-activa de todos na implementação do programa e consecução dos seus objectivos. A filosofia que presidiu à criação do GAC assenta na colaboração estreita e responsabilização mútua quanto aos resultados a atingir, não devendo o parceiro gestor assumir responsabilidades desproporcionadas no contexto da execução do Programa. Assim, para além da informação privilegiada disponibilizada através da página web, haverá consultas e informações periódicas aos vários parceiros, sempre que tal se justificar, por forma a garantir a necessária mobilização e intervenção no processo de decisão.

O GAC reunirá em plenário pelo menos duas vezes por ano para permitir uma análise conjunta dos progressos do programa e decidir sobre a melhor forma de ultrapassar as dificuldades de percurso. Serão ocasiões privilegiadas para discussões profundas sobre a evolução do programa e dos projectos que o compõem bem como para a mobilização de todos os parceiros para a consecução dos objectivos definidos.

## 8. Conclusão

O objectivo global da estratégia agora apresentada é promover a pluriactividade e a reconversão dos activos dependentes da pesca para actividades mais remuneradoras bem como o surgimento de iniciativas inovadoras ligadas ao mar, salvaguardando em simultâneo o património cultural e ambiental das zonas ribeirinhas.

Procurar-se-á especificamente:

- fomentar o empreendedorismo, sobretudo nos activos da pesca, por forma a gerar postos de trabalho e rendimentos alternativos ou complementares das actividades da pesca e da aquicultura;
- recuperar e valorizar o património arquitectónico e cultural ligado às actividades da pesca, orientando-o para fins colectivos;
- e consciencializar e remediar os riscos ambientais e naturais na Ria Formosa e zona marítima envolvente.

No horizonte de 2015 o Sotavento litoral deverá contar com um tecido económico e empresarial mais diversificado e competitivo, capaz de proporcionar maiores níveis de rendimento sobretudo às populações dependentes da pesca, no respeito dos valores ambientais e culturais e da coesão social; simultaneamente, as comunidades piscatórias deverão reforçar a sua identidade própria e a influência nas sociedades locais em que se inserem, através de uma melhor capacitação das suas associações e organizações representativas.